



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA – UESB  
DEPARTAMENTO DE FITOTECNIA E ZOOTECNIA – DFZ  
PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DA CADEIA PRODUTIVA DO CAFÉ COM  
ENFASE EM SUSTENTABILIDADE

**CARACTERIZAÇÃO DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO AGRÁRIOS:**  
uma análise da produção de café no Planalto da Conquista-BA

VITÓRIA DA CONQUISTA-BA  
JULHO DE 2013



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA – UESB  
DEPARTAMENTO DE FITOTECNIA E ZOOTECNIA – DFZ  
PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DA CADEIA PRODUTIVA DO CAFÉ COM  
ENFASE EM SUSTENTABILIDADE

MAÍRA FERRAZ DE OLIVEIRA SILVA

**CARACTERIZAÇÃO DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO AGRÁRIOS:**  
uma análise da produção de café no Planalto da Conquista-BA

Monografia apresentada à Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia como requisito do programa de Pós-Graduação *Latu sensu* Gestão da Cadeia Produtiva do Café com Ênfase em Sustentabilidade, para obtenção de título de “especialista”.

Orientador:  
Prof. Valdemiro Conceição Júnior.

VITÓRIA DA CONQUISTA-BA  
JULHO DE 2013

MAÍRA FERRAZ DE OLIVEIRA SILVA

**CARACTERIZAÇÃO DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO AGRÁRIOS:**  
uma análise da produção de café no Planalto da Conquista-BA

Aprovada em 19/07/2013

---

Prof. Dr Valdemiro Conceição Júnior  
Orientador

---

Prof. Dr Paulo Roberto Pinto Santos  
Examinador

---

Profa. MSc Edilene de Jesus Santos  
Examinadora

*“O desenvolvimento rural é, em primeiro lugar, um encadeamento de transformações técnicas, ecológicas, econômicas e sociais. Convém entender a sua dinâmica passada e as suas contradições presentes para prever as tendências futuras.”* Marc Dufumier, *Les projets de développement agricole – Manuel d’expertise*, Paris: CTA-Karthala, 1996

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - PIB do agronegócio do Brasil e seus segmentos - 1990 a 2005.....	17
Tabela 2 – Número de estabelecimentos agropecuários, quantidade produzida, área colhida e valor da produção de café, por Agricultura Familiar e Não Familiar no Brasil, ano de 2006.....	22
Tabela 3 – Número de estabelecimentos agropecuários, quantidade produzida, área colhida e valor da produção de café, por Agricultura Familiar e Não Familiar na Bahia e municípios da região do Planalto de Conquista, ano de 2006.....	23
Tabela 4 – Área em produção do café no Brasil, safras 2004/2005 a 2011/2012 (em hectares).....	24
Tabela 5 – Produção do café no Brasil, safras 2004/2005 a 2011/2012 (em mil sacas beneficiadas).....	25
Tabela 6 – Produtividade do café no Brasil, safras 2004/2005 a 2011/2012 (em sacas por hectares) .....	25
Tabela 7 – Concentração na produção de Café Arábica na Bahia.....	28
Tabela 8 – Concentração na produção de Café Conilon na Bahia .....	29
Tabela 9 – Tipo de ocupação dos membros da família .....	42

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Diagrama do sistema agroindustrial de café no Brasil.....	20
Quadro 1 – Infraestrutura mínima alternativa à cafeicultura familiar para produção de café com qualidade superior .....	31
Quadro 2 – Cronograma de visitas para aplicação dos questionários da pesquisa .....	35
Figura 2 – Regiões Econômicas do estado da bahia.....	36
Figura 3 – Municípios da região do planalto da conquista.....	37
Gráfico 1 – Classificação dos proprietários e membros das famílias quanto à idade ....	40
Gráfico 2 – Nível de escolaridade dos membros da família.....	41
Gráfico 3 – Quantidade de filhos por família .....	43
Quadro 3 – Local de origem dos entrevistados .....	43
Gráfico 4 – Renda média mensal dos produtores .....	44
Gráfico 5 – Forma de aquisição do imóvel.....	45
Gráfico 6 – Participação em entidades representativas .....	46
Gráfico 7 – Tamanho das propriedades .....	47
Gráfico 8 – Área cultivada.....	47
Gráfico 9 – Lavouras cultivadas em consórcio com o café e/ou em pequenas áreas da propriedade .....	48
Gráfico 10 – Criações existentes nas propriedades visitadas .....	49
Gráfico 11 – Mão de obra utilizada .....	49
Gráfico 12 – Formas de preparação do solo para o plantio .....	50
Gráfico 13 – Outras práticas de conservação e manejo do solo .....	51
Gráfico 14 – Quantidade de funcionários contratados para a colheita do café .....	53
Gráfico 15 – Fontes de água no entorno das propriedades.....	56

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

EUA – Estados Unidos da América

PIB – Produto Interno Bruto

CAI – Complexo Agroindustrial

CEE – Comunidade Económica Europeia

PRONAF – Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

ONU – Organização das Nações Unidas

SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, agradeço ao meu amado e adorado Deus que tem cuidado de mim e demonstrado sua fidelidade.

A Ronaldo e Kalel, companheiros de todas as horas, que me dão um apoio incomensurável, me incentivando sempre.

Aos meus pais, meus irmãos e sobrinhos que juntos completam o meu alicerce familiar e dão um sentido especial à minha vida.

Aos colegas que de curso por compartilhar todos os momentos dessa fase tão importante em nossas vidas.

Aos mestres, grandes incentivadores que além de enriquecerem nossa formação com seus ensinamentos foram, também, grandes amigos nesta caminhada, em especial ao meu orientador, Prof. Miro, singularmente importante em minha formação acadêmica e profissional.

Aos funcionários das entidades representativas rurais (Sindicatos, Associações de Produtores e Secretarias Municipais de Agricultura) pela presteza com se dispuseram a realizarem acompanhamento e entrevistas durante as visitas a campo bem como a todos os produtores e gerentes de propriedades que forneceram os dados, importantíssimos, para a finalização deste trabalho.

A todos que contribuíram em minha caminhada acadêmica, e que me deram uma força extraordinária diante das dificuldades encontradas na confecção deste trabalho, os meus profundos e sinceros agradecimentos.

**Muito obrigada a todos!!!**

## SUMÁRIO

RESUMO.....	10
ABSTRACT .....	11
1 INTRODUÇÃO.....	12
2 REVISÃO DE LITERATURA .....	14
2.1 Contexto histórico de formação dos sistemas agrários no Brasil .....	14
2.1.1 O processo de modernização da agricultura e as particularidades do caso brasileiro.....	14
2.1.2 A agricultura moderna no Brasil: novos desafios para a gestão das empresas rurais e da unidade familiar de produção .....	15
2.1.3. Perspectivas para a pequena produção rural no Brasil .....	18
2. 2 A cadeia produtiva do café no Brasil e a agregação de valor ao produto final....	19
2.2.1 A heterogeneidade na estrutura produtiva e a qualidade do café: observações sobre o Brasil, Bahia e Planalto da Conquista .....	26
2.3 A sustentabilidade e a cafeicultura .....	32
3.0 MATERIAL E MÉTODOS.....	33
4.0 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	35
4.1 Caracterização regional: o Planalto da Conquista e os municípios alcançados pela pesquisa.....	35
4.2 Tipologia dos Produtores de Café no Planalto de Conquista-BA.....	39
4.3 Tipologia dos Sistemas de Produção Agrários dos Produtores de Café na Região do Planalto da Conquista-BA.....	45
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	57
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	58
APÊNDICE A – IMAGENS DA PESQUISA DE CAMPO REALIZADA.....	60

## RESUMO

O principal objetivo deste trabalho é realizar uma análise comparativa entre a gestão das propriedades de café do Planalto de Conquista, Bahia, que possa contribuir para uma gestão ambientalmente mais equilibrada e socialmente justa da produção cafeeira, com vistas à verificação de sua efetiva capacidade de agregar valor ao produto na etapa da comercialização. A metodologia utilizada foi a *Análise Diagnóstico de Sistemas Agrários* que consiste na elaboração de diagnósticos com a finalidade de propor diretrizes para o desenvolvimento rural local. Foram aplicados 44 (quarenta e quatro) questionários em visitas realizadas a cinco municípios do Planalto da Conquista, a saber, Barra do Choça, Encruzilhada, Planalto, Poções e Vitória da Conquista. Como principais resultados observou-se que os sistemas de produção empresariais tem maior capacidade de agregar valor ao café nas etapas de pós-colheita e comercialização, porém, pelo alto nível de especialização (ou simplificação do ponto de vista da biodiversidade) e pela grande tendência à mecanização de todas as etapas do processo produtivo, conforme se observou na análise, uma gestão comprometida com a ampliação do estoque ecológico anteriormente degradado e redução das desigualdades sociais no âmbito da produção cafeeira, para este segmento, fica seriamente comprometida. Por outro lado, a promoção de ações voltadas para a capacitação dos produtores familiares descapitalizados e ineficientes, acompanhada de um planejamento adequado, viabilizando o acesso a crédito para implantação de uma infraestrutura mínima de processamento adaptada para a cafeicultura familiar, bem como, com o treinamento financeiro e gerencial compatíveis com projetos específicos para cada região, torna-se plenamente viável aos empreendimentos familiares ampliarem seus rendimentos através da melhoria da qualidade do produto e, conseqüente, agregação de valor ao produto no momento da comercialização acompanhada de uma manutenção e ampliação da biodiversidade e conseqüente recuperação ecológica dos sistemas bem como da reprodução do seu tecido social nas comunidades rurais envolvidas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Cafeicultura, Sistemas Agrários, Planalto da Conquista-BA.

## **ABSTRACT**

The main objective of this work is to perform a comparative analysis between the management of coffee farms from the Plateau of Conquista, Bahia, which can contribute to a more balanced management environmentally and socially equitable coffee production, in order to verify their effective ability to aggregate value to the product in the commercialization stage. The methodology used was the Agrarian Systems Diagnosis which consists in making diagnoses in order to propose guidelines for local rural development. Forty-four questionnaires were applied during the visits to five cities on the Plateau of Conquista, namely Barra do Choça, Encruzilhada, Planalto, Poções and Vitória da Conquista. As the main results showed that the production systems business has greater capacity to add value to coffee on the steps of post-harvest and marketing, however, the high level of expertise (or simplifying the point of view of biodiversity) and the big trend to mechanization of all stages of the production process, as noted in the analysis, management committed to the expansion of previously degraded ecological inventory and reducing social inequalities within the coffee production for this segment would be seriously compromised. Moreover, promoting actions aimed at the empowerment of smallholders undercapitalized and inefficient, accompanied by proper planning, enabling access to credit to implement a minimal infrastructure processing adapted to the coffee culture family, as well as with training financial and managerial compatible with specific projects for each region, it is quite feasible for family enterprises expand their incomes by improving product quality and, consequently, adding value to the product at the time of sale accompanied by a maintenance and expansion of biodiversity and subsequent recovery of ecological systems as well as the reproduction of the social fabric in rural communities involved.

**KEY WORDS:** Coffee Culture, Farming Systems, Planalto da Conquista-BA.

## 1 INTRODUÇÃO

A herança colonial brasileira delineou as principais características da sua atual estrutura agrária e, a atividade monocultora (inclusive a cafeeira), desde à época, traçou os caminhos da grande propriedade rural no Brasil. Segundo Stedile (2000) existem dois grandes acontecimentos que validaram a má distribuição de terras públicas no Brasil, sendo o primeiro a legalização das sesmarias e doações a partir da criação da Lei de Terras em 1850 e, o segundo, a falta de regulamentação do processo de apropriação privada de terras públicas disponíveis nas regiões Centro-Oeste e Amazônica na década de 1970.

Wanderley (1985) afirma que a dominação política, econômica e social efetivada na sociedade brasileira no período colonial, quando privilegiou o grande latifúndio como forma de organização produtiva da agricultura, impôs um modelo que acabou por ser reconhecido pela sociedade. Tal modelo consolidou uma política agrícola que, historicamente, enfatizou demasiadamente a modernização relegando a um plano secundário a pequena unidade produtiva que permaneceu com formas produtivas tradicionais, à margem das políticas públicas direcionadas ao setor agropecuário.

A respeito da produção agrícola realizada no Brasil desde o período colonial Bacha (2004) afirma que essa produção (principalmente do café) compôs a pauta de exportações do país entre meados do século XIX e as três primeiras décadas do século XX, gerando divisas suficientes para realizar a importação de equipamentos necessários à construção das ferrovias e de máquinas para o setor industrial que começava a formar-se a partir do final do século XIX. Nesse sentido, observou-se que os resultados econômicos alcançados pela cultura cafeeira até a grande crise de 1929 tiveram grande importância na transferência de poupanças para inversão na indústria e para a implantação de infraestrutura econômica e social no Brasil.

O processo de industrialização no Brasil foi considerado tardio em relação ao acúmulo de conhecimentos e técnicas que possibilitaram a passagem do artesanato para a manufatura e, posteriormente para a indústria moderna na Europa a partir de meados do século XVIII. Nesse sentido, desenvolveu-se a ideia de que a indústria seria o setor econômico capaz de desencadear o processo de desenvolvimento brasileiro, a exemplo do ocorrido nos países europeus.

Com isso, os esforços políticos e econômicos voltaram-se para o setor industrial e, aliado a este fato, a política agrícola adotada no país favoreceu, por muito

tempo, o modelo de gestão adotado pelos grandes latifúndios, visando o acúmulo de divisas internacionais. Nesse cenário a pequena propriedade continuou a ocupar um lugar marginal na economia agrícola brasileira.

A modernização da agricultura brasileira, decorrente do próprio processo de industrialização, viabilizou o processo inovativo e, conseqüentemente, a incorporação de novas tecnologias às diversas cadeias produtivas do agronegócio. Com isso, o ambiente competitivo tem imposto, aos produtores, desafios cada vez maiores para a gestão do negócio em suas diversas etapas, principalmente, na etapa de pós-colheita e comercialização da produção.

Neste contexto, o problema de pesquisa apresentado nesta monografia é: As especificidades das propriedades rurais (de grande, médio e pequeno porte) na Região do Planalto de Conquista interferem na agregação de valor ao produto, especialmente, no momento da comercialização?

Cabe salientar que a relevância desta pesquisa encontra respaldo na inserção recente do Brasil (em relação a outros países produtores e comercializadores de café) no ramo de cafés especiais e no seu esforço em consolidar a imagem do café brasileiro, superando a sua tradição como um produtor de grandes quantidades em detrimento da qualidade do produto.

Acredita-se que a melhoria da gestão da propriedade, viabilizando melhorias tanto no manejo da cultura quanto no processo de pós-colheita e conseqüente agregação de valor ao produto, proporcionará tanto uma melhor imagem ao café brasileiro quanto à ampliação de suas receitas de comercialização.

Desta forma, apresenta-se como objetivo geral a busca por uma análise comparativa entre a gestão das propriedades de café na região do Planalto de Conquista, que possa contribuir para uma gestão ambiental mais equilibrada e socialmente justa da produção cafeeira, com vistas à verificação de sua efetiva capacidade de agregar valor ao produto na etapa da comercialização.

## **2 REVISÃO DE LITERATURA**

### **2.1 Contexto histórico de formação dos sistemas agrários no Brasil**

Nesta seção objetivou-se contextualizar o cenário econômico e os desafios que se colocam à gestão das propriedades rurais (de grande, médio e pequeno porte) no meio rural brasileiro, decorrentes das especificidades do processo de modernização da agricultura brasileira modelado pela política agrícola adotada no país, especialmente a partir da década de 1970.

#### **2.1.1 O processo de modernização da agricultura e as particularidades do caso brasileiro**

No processo de transição do modo de produção feudal para o capitalista observou-se a superação de uma era eminentemente agrícola. A inserção da máquina no processo produtivo, proporcionada por uma série de transformações decorrentes das inovações tecnológicas ocorridas nesse período (força a vapor e ferrovias, principalmente) culminou em profundas mudanças nas relações econômicas até então estabelecidas na sociedade.

A proletarianização do camponês, que até então vivia nos feudos e retirava o seu sustento exclusivamente da produção agrícola, estabeleceu uma nova relação econômica entre capital e trabalho, que foi central na configuração de uma nova forma de organização produtiva da sociedade. Nesse sentido, o desenvolvimento do capitalismo, desde então, tem se dado a partir da lógica de acumulação do capital industrial, introduzindo essa mesma lógica na produção de alimentos.

Dessa forma, a economia natural (eminentemente agrária) cedeu lugar a atividades agrícolas integradas à indústria, o que significa dizer que, “(...) a agricultura se transforma num ramo de aplicação do capital em geral e, de modo particular, do capital industrial que lhe vende insumos e compra as mercadorias aí produzidas” (SILVA, 1998, p. 44).

Este processo de transição representou a passagem de sistemas de cultura itinerante para sistemas de cultura permanente cuja evolução foi impulsionada, em grande medida, pela expansão demográfica através de um processo de mudanças com

múltiplas variáveis, que abrangem aspectos ecológicos, socioeconômicos, político-institucionais, culturais e tecnológicos (ROMEIRO, 1998).

Ainda, segundo Romeiro (1998), a partir do esforço técnico científico em tornar viável a monocultura e, na tentativa de promover o aumento do rendimento da terra (modelo europeu) conjuntamente com o aumento da produtividade do trabalho via mecanização extensiva das operações agrícolas (modelo americano), empresas estadunidenses passaram a investir em pesquisa para o desenvolvimento de pacotes tecnológicos voltados para dinamizarem a produção agrícola mundial.

Com isso, surgiu o modelo euro-americano de modernização agrícola, explorando, inicialmente, o papel da mecanização na ampliação da produtividade, permitindo a rápida expansão de uma agricultura especulativa e altamente predatória.

A Revolução Verde, como se convencionou chamar, ou ainda, a difusão mundial do modelo de modernização agrícola euro-americano, a partir dos anos 1960, se colocou como única resposta técnica possível ou mais eficiente para aumentar a produtividade do trabalho e os rendimentos da terra para fazer face às necessidades impostas pelo crescimento demográfico e pelo processo de urbanização.

No Brasil, a aplicação do modelo produtivista se deu no âmbito dos grandes latifúndios que bloquearam o acesso livre à fronteira agrícola para a massa camponesa. Dessa forma, a monocultura de exportação concentrou atenções e cuidados, sendo relegada a um segundo plano a produção de alimentos para o mercado interno, que passou a ocupar áreas residuais não ocupadas pela agricultura de exportação ou áreas ainda não ambicionadas por interesses capitalistas.

### **2.1.2 A agricultura moderna no Brasil: novos desafios para a gestão das empresas rurais e da unidade familiar de produção**

A empresa rural constitui a unidade produtiva mais importante do agronegócio brasileiro. Considerando a estrutura heterogênea e multideterminada no que se refere às relações que compõem o conjunto de negócios relacionados à agricultura sob o ponto de vista econômico, pode-se dizer que o conceito de *agribusiness* envolve a ideia de cadeia produtiva com seus elos entrelaçados e a interdependência entre as suas partes.

Esse conceito foi cunhado em conferência realizada na cidade de Boston (EUA) em 1955 e acompanhou o entendimento acerca da definição de sistema agroalimentar (encadeamento referente a fluxos ligados a determinado produto dentro

do sistema de produção-transformação-distribuição). Conforme afirma Silva (1998), a definição de agribusiness cunhada em 1955, englobou a

(...) soma de todas as operações envolvidas no processamento e na distribuição dos insumos agropecuários, as operações de produção na fazenda; e o armazenamento, o processamento e a distribuição dos produtos agrícolas e seus derivados. (SILVA 1998, p. 65)

Ainda de acordo com o autor, a evolução do agribusiness revelou, dentro da realidade brasileira, relações multideterminadas de encadeamento, coordenação e controle entre os seus vários elementos, membros e/ou etapas do processo, propagando uma forma específica de ampliação da produtividade a partir das teorias do desenvolvimento econômico, difundidas ao longo dos anos 1950, que versavam sobre o encadeamento produtivo nos diversos setores.

A partir da difusão dessas teorias e do seu impacto sobre o crescimento e interrelação entre os diversos setores da economia (agricultura, indústria e serviços), observou-se que a consolidação dos Complexos Agroindustriais por volta da década de 1970, fez com que as atividades agrárias assumissem um caráter residual por força do gradual processo de transferência de suas funções para “fora da porteira da fazenda” (SILVA, 1998).

Dessa forma, o padrão de modernização imposto pelo modelo produtivista como alternativa à ampliação da produtividade no setor, levou a uma análise sistêmica da agricultura que envolve os negócios agropecuários (“dentro da porteira”), os negócios à montante (“pré-porteira”) e os negócios à jusante (“pós-porteira”).

Com a estruturação das cadeias produtivas do agronegócio, adiciona-se valor às matérias-primas de origem agrícola dinamizando o setor de armazenamento, processamento e distribuição ao consumidor final, o que tem possibilitado a expansão da agricultura moderna, inclusive a estabelecimentos de base familiar, como na região sul do país, onde o agricultor familiar tem ampla possibilidade de acesso a crédito, assistência técnica e extensão rural, realidade que não se observa nas regiões Norte e Nordeste. (FERREIRA, et. al. 2001)

Por meio da Tabela 1, que apresenta dados coletados por Guillhoto, et al. (2007) observa-se que, de toda a riqueza gerada pelo agronegócio brasileiro, cerca de 70% (setenta por cento) concentra-se em segmentos indiretamente articulados ao setor rural.

**Tabela 1 - PIB do Agronegócio do Brasil e seus segmentos - 1990 a 2005**

ANO	AGRONEGÓCIO (R\$ Milhões)	INSUMOS (%)	AGROPECUÁRIA (%)	INDÚSTRIA (%)	DISTRIBUIÇÃO (%)
1990	371.787	4,83	23,79	36,72	34,66
1991	375.816	4,78	23,71	36,50	35,01
1992	370.781	4,83	24,38	35,43	35,36
1993	382.816	4,78	24,67	35,55	35,00
1994	416.849	4,63	26,75	35,06	33,56
1995	429.014	4,53	28,99	34,56	31,91
1996	438.365	4,46	28,15	34,02	33,36
1997	433.097	4,44	27,66	34,52	33,37
1998	436.717	4,67	28,35	32,51	34,47
1999	444.584	4,65	27,69	32,41	35,25
2000	462.174	4,79	27,48	32,78	34,95
2001	476.375	4,90	28,25	31,97	34,87
2002	518.332	5,25	29,09	31,12	34,53
2003	552.205	5,57	30,58	30,09	33,76
2004	566.312	5,60	29,56	30,82	34,03
2005	539.934	6,21	28,47	32,61	32,71

Fonte: Adaptado de Guillhoto (2007, p.12)

Nesse contexto, o cenário que se vislumbra é de redução dos lucros dos agentes econômicos atualmente localizados “dentro da porteira da fazenda”, quando não o empobrecimento daqueles menos capitalizados, e a menor concentração da riqueza gerada nos países produtores de *commodities* agrícolas. A este respeito, Guanzirolli (2006, p. 59) destaca a ocorrência do

Aumento da concentração empresarial no segmento de comercialização e processamento de alimentos com o surgimento de grandes empresas privadas e conglomerados, nos setores de produção de aves, carnes bovinas e grãos como a BUNGE e BORN, SADIA, PERDIGAO, CARGILL, FAZENDAS REUNIDAS, etc, algumas de capital nacional e outras estrangeiras. As empresas do setor aviário introduziram formas modernas de organização da produção, entre elas, a integração vertical com agricultores familiares, o que permitiu reduzir riscos e aumentar a lucratividade dos empreendimentos. (GUANZIROLLI, 2006, p. 59)

Infere-se, portanto, que é preciso pensar políticas setoriais para dinamizar o processamento e distribuição de produtos de maior valor agregado por agentes econômicos nacionais das diversas cadeias produtivas do agronegócio no intuito de reverter este cenário adverso.

Por outro lado, o processo de modernização da agricultura brasileira, a partir da estruturação e consolidação dos Complexos Agroindustriais CAIs (SILVA, 1998), com o predomínio das cadeias produtivas do agronegócio que destinam a sua produção ao mercado externo, fez com que a unidade de produção familiar assumisse grande

relevância para viabilizar a oferta de alimentos para o mercado interno garantindo a segurança alimentar da sociedade, conforme poderá ser verificado na próxima seção deste trabalho.

### **2.1.3. Perspectivas para a pequena produção rural no Brasil**

A forma como foi conduzida a distribuição de legalização da propriedade das terras brasileiras relegou os pobres e negros à condição de sem-terra sendo “criada uma base legal que deu origem à propriedade privada da terra, justamente para fomentar e estimular apenas a grande propriedade fundiária, consolidando o latifúndio” (STEDILE, 2000, p. 2) como a base da produção agrícola do país.

Nos Estados Unidos e na Europa, em meados do século XIX, ao contrário do que ocorreu no Brasil, a distribuição de terras se deu a partir do critério de que o proprietário deveria ser apenas aquele que nela trabalhasse e, portanto, a propriedade da terra se originou através de processos de reforma agrária.

Com o objetivo de sustentar a agricultura, manter as ocupações rurais e impedir o aumento dos fluxos migratórios para as cidades, o planejamento e implementação da política agrícola na CEE, Canadá, EUA e Japão consideram a agricultura familiar como unidade principal de produção e componente essencial de um conjunto de políticas de organização agrícola por parte do Estado (FERREIRA, et al., 2001).

Nesse contexto, o padrão de modernização imposto pelo modelo produtivista como alternativa à ampliação da produtividade no setor agrícola, conforme adotado no Brasil, gerou uma realidade de intensas contradições no que diz respeito às relações de produção e comercialização de produtos agropecuários.

Na Bahia, a modernização agrícola acompanhou a tendência geral do país caracterizada por um processo desigual, concentrado em determinadas regiões e produtos que, por sua dinâmica específica, atendiam a uma demanda externa que direcionava a ação política em prol de saldos positivos da balança comercial.

Nesse sentido, a política agrícola brasileira e baiana financiou a aquisição de insumos modernos pelos grandes produtores, beneficiando, por um longo período, o setor exportador em detrimento das pequenas unidades produtivas responsáveis, em sua grande maioria, pela garantia da segurança alimentar da sociedade.

Na década de 1990, a partir do esforço do Estado no sentido de reverter a tendência de alta correlação entre pobreza, fragilidade da produção agrícola familiar e concentração fundiária, foi instituído o Programa de Fortalecimento da Agricultura

Familiar – PRONAF. Antes da institucionalização do programa o foco da política agrícola brasileira centrava-se no aumento da produtividade com a incorporação de avanços tecnológicos e público alvo homogêneo – a empresa rural.

A conquista de um espaço institucional e político pelos pequenos agricultores ocorreu como resultado da pressão dos movimentos sociais e do reconhecimento, pelo governo, de que o fortalecimento da agricultura familiar era estratégico para a criação de novas atividades econômicas geradoras de ocupações produtivas e de renda que, conseqüentemente, podem viabilizar um processo de desenvolvimento em áreas rurais empobrecidas. Conforme observa Saes e Nakazone (2002),

A grande capacidade de gerar empregos possibilita que o setor contribua significativamente para a melhora das condições de vida da população brasileira. (...) A contribuição da cafeicultura para o desenvolvimento humano da região deve-se à complexidade da cadeia produtiva, que requer, em diferentes proporções, mão-de-obra não-qualificada e qualificada. Com isso, o agronegócio do café acaba sendo um bom distribuidor de renda, o que é uma das pré-condições para o desenvolvimento econômico e humano. Além disso, a agricultura familiar é responsável por cerca de 25% da produção brasileira de café, de acordo com pesquisas do Incra e da FAO. (SAES e NAKAZONE, 2002, p. 3)

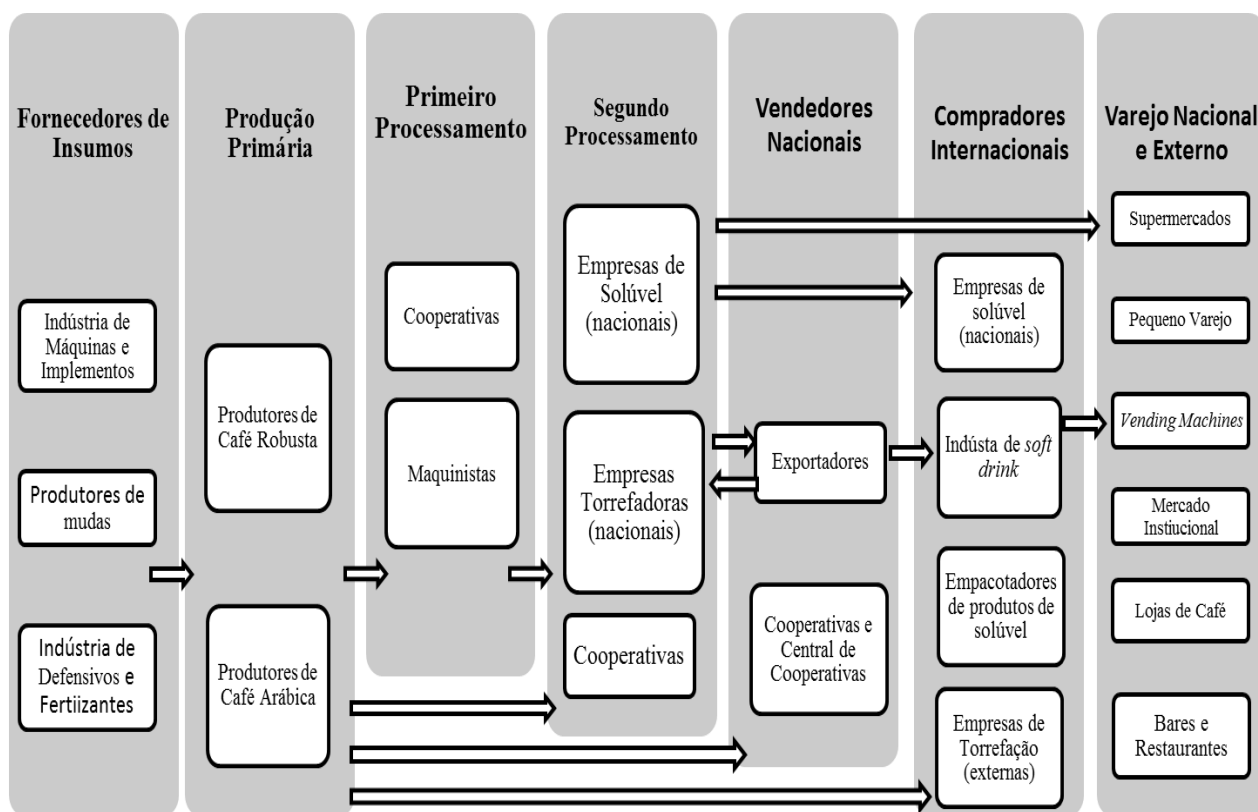
A partir do exposto cabe destacar que apesar dos argumentos contrários à unidade familiar de produção, que apregoam resultados inferiores em termos de agregação de valor por este segmento social, tendo em vista a adversas condições socioeconômicas dos agricultores familiares na Bahia, esta forma de gestão da propriedade rural tem importância estratégica no processo de desenvolvimento econômico. Nas próximas seções serão discutidas as particularidades e desafios da gestão empresarial e familiar no âmbito do agronegócio do café.

## **2. 2 A cadeia produtiva do café no Brasil e a agregação de valor ao produto final**

O sistema brasileiro do café tem como principais segmentos o setor de fornecedores de insumos, máquinas e equipamentos; seguido pela produção primária do grão; pelo primeiro processamento (maquinistas e cooperativas) e pelo segundo processamento (empresas de torrefação e moagem, empresas de solúvel e cooperativas).

Na etapa da comercialização encontram-se os vendedores nacionais (exportadores, cooperativas e atacadistas), os compradores internacionais (empresas de solúvel, empresas de torrefação e *dealers*) e o varejo nacional e internacional (supermercados, pequeno varejo, mercado institucional, lojas de café, bares e

restaurantes). Toda esta estrutura pode ser visualizada, de forma esquemática, através da Figura 1, abaixo. (SAES e NAKAZONE, 2002, p. 36)



**Figura 1 – Diagrama do Sistema Agroindustrial de Café no Brasil**

Fonte: Adaptado de Saes e Nakazone (2002, p. 37)

O fruto do cafeeiro origina como subprodutos o café torrado, o café torrado e moído e o café solúvel que “podem gerar outros subprodutos como os chamados 3x1 (café, leite e açúcar), cappuccinos, soft-drinks e balas e outros.” (SAES e NAKAZONE, 2002, p. 38)

Para garantir a qualidade do produto final, na fase de produção primária, devem prevalecer boas práticas agrícolas que dependem, primordialmente, de assistência técnica adequada quanto ao uso de insumos bem como da capacidade gerencial e empreendedora do produtor.

Além disso, a cultura cafeeira permite um intenso uso de mecanização em suas diversas etapas de produção e, na maioria dos casos, exige um determinado nível de capitalização para garantir competitividade no negócio. A este respeito Saes e Nakazone (2002) afirmam que

A primeira transação envolve o segmento fornecedor de insumos e a produção primária de café. Há uma série de equipamentos utilizados na produção específicos à cultura de café. Entre eles destacam-se: as colheitadeiras, os secadores de café, os separadores de grãos, os catadores de pedra, os descascadores de grãos e as sururucas. (SAES e NAKAZONE, 2002, p. 38)

Nesse sentido, aparentemente, observando os subprodutos gerados, o processamento e transformação da matéria prima do sistema do café parece ser um processo simples, porém as relações entre os diversos segmentos produtivos da cadeia entrelaçam-se de forma bastante complexa.

Os produtores de café, em geral, precisam lançar mão de um beneficiamento mínimo para que possam comercializar o produto, por isso as fases de produção primária e do primeiro beneficiamento estão fortemente inter-relacionadas.

Geralmente tendem a internalizar esta etapa do processo produtivo que pode ser realizada imediatamente após a colheita. Por este motivo os processos de colheita e pós-colheita são essenciais para garantir a qualidade e, conseqüentemente, maiores preços no momento da comercialização.

Os produtores com menor nível de capitalização recorrem aos maquinistas para a realização de alguns processos como descascar e separar os grãos. Com a tendência à mecanização da colheita (por falta de mão de obra) e do processamento após a colheita, principalmente por parte dos grandes produtores, o serviço prestado pelos maquinistas encontra-se em declínio.

Parte significativa dos produtores fazem o benefício e/ou rebenefício do café por meio das cooperativas. A comercialização do grão verde para o segundo processamento se dá pela intermediação das cooperativas, maquinistas, exportadores e/ou corretores. Alguns produtores conseguem realizar a venda direta para agroindústrias de processamento. A este respeito Saes e Nakazone (2002) complementam que

Algumas das cooperativas que beneficiam e armazenam o café, além de escoar o café verde para o mercado interno ou internacional, também estão presentes no processamento do produto (torrado e moído). Da produção rural, o café beneficiado ainda pode ser vendido diretamente para os vendedores nacionais – exportadores e cooperativas - e/ou para os compradores internacionais – indústria de solúvel e de torrefação e moagem. A quase totalidade da produção da indústria de torrefação e moagem é escoada para o varejo nacional. Apenas uma parcela insignificante da produção é escoada para o mercado internacional. (SAES e NAKAZONE, 2002, p. 38)

Os autores comentam que a estrutura produtiva nos principais países produtores de café está alicerçada em propriedades menores que dois hectares, com exceção do

Brasil. A este respeito ressaltam que a sucessão da propriedade, principalmente após a morte do chefe da família, resulta na sua fragmentação e, conseqüentemente, na redução relativa do tamanho das propriedades. Salienta, ainda, que este fato

[...] tende a levar a unidade familiar à insustentabilidade. Os investimentos em tecnologia estão limitados por dois fatores: o tamanho das propriedades e as condições edafo-climáticas. De um lado, as pequenas produções inviabilizam escala de produção e, de outro, os produtores na maioria destes países estão localizados em regiões extremamente íngremes, o que inviabiliza a mecanização e resultam em insolação irregular e produção heterogênea. A colheita tem que ser realizada em vários períodos, de acordo com a maturidade do grão, a chamada colheita a dedo. Isso eleva os dispêndios com mão-de-obra, estimados em 70% do custo total. (SAES e NAKAZONE, 2002, p. 38)

Por meio das Tabelas 2 e 3, abaixo, observa-se aspectos da estrutura produtiva da produção cafeeira no Brasil, na Bahia e nos municípios produtores da Região do Planalto de Conquista, abrangidos pela presente pesquisa.

**Tabela 2 – Número de estabelecimentos agropecuários, quantidade produzida, área colhida e valor da produção de café, por agricultura familiar e não familiar no Brasil, ano de 2006**

Brasil	Tipo de agricultura	Número de estabelecimentos agropecuários		Quantidade produzida		Área colhida		Valor da produção	
		(Unidades)	(%)	(Quilogramas)	(%)	(Hectares)	(%)	(Reais)	(%)
	<b>Total</b>	<b>238.500</b>	<b>100,0</b>	<b>1.949.695.520</b>	<b>100,0</b>	<b>1.291.113</b>	<b>100,0</b>	<b>7.676.359.015</b>	<b>100,0</b>
Brasil	Agricultura familiar - lei 11.326	190.571	79,9	659.527.368	33,8	513.394	39,8	2.299.168.225	30,0
	Agricultura não familiar	47.929	20,1	1.290.168.152	66,2	777.719	60,2	5.377.190.790	70,0

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário, 2006

Observa-se, na Tabela 2, que o número de estabelecimentos agropecuários familiares que atuam na cafeicultura, representam a grande maioria no país, e, utilizam aproximadamente quarenta por cento da área, enquanto sessenta por cento desta é ocupada pelos estabelecimentos de agricultura não familiar, que são uma minoria dos proprietários.

Como consequência desse cenário, observa-se uma relevante quantidade produzida pelas propriedades familiares, e a desigualdade na distribuição de terras se reflete na apropriação da renda gerada, considerando que à agricultura familiar cabe 30% dos rendimentos enquanto a agricultura não familiar apropria-se de 70%.

**Tabela 3 – Número de estabelecimentos agropecuários, quantidade produzida, área colhida e valor da produção de café, por agricultura familiar e não familiar na Bahia e municípios da Região do Planalto de Conquista, ano de 2006**

Unidade da Federação e Município	Tipo de agricultura	Número de estabelecimentos agropecuários		Quantidade produzida		Área colhida		Valor da produção	
		(Unidades)	(%)	(Quilogramas)	(%)	(Hectares)	(%)	(Reais)	(%)
<b>Bahia</b>	<b>Total</b>	<b>28.146</b>	<b>100,0</b>	<b>114.703.078</b>	<b>100,0</b>	<b>85.001</b>	<b>100,0</b>	<b>378.861.645</b>	<b>100,0</b>
	Agricultura familiar - lei 11.326	24.047	85,4	27.163.709	23,7	32.306	38,0	84.080.660	22,2
	Agricultura não familiar	4.099	14,6	87.539.369	76,3	52.695	62,0	294.780.985	77,8
<b>Barra do Choça</b>	<b>Total</b>	<b>1.192</b>	<b>100,0</b>	<b>14.199.586</b>	<b>100,0</b>	<b>11.256</b>	<b>100,0</b>	<b>44.159.954</b>	<b>100,0</b>
	Agricultura familiar - lei 11.326	817	68,5	1.537.778	10,8	2.131	18,9	5.212.535	11,8
	Agricultura não familiar	375	31,5	12.661.808	89,2	9.125	81,1	38.947.419	88,2
<b>Encruzilhada</b>	<b>Total</b>	<b>481</b>	<b>100,0</b>	<b>5.225.662</b>	<b>100,0</b>	<b>4.235</b>	<b>100,0</b>	<b>17.962.966</b>	<b>100,0</b>
	Agricultura familiar - lei 11.326	395	82,1	2.025.894	38,8	1.956	46,2	7.832.857	43,6
	Agricultura não familiar	86	17,9	3.199.768	61,2	2.279	53,8	10.130.109	56,4
<b>Planalto</b>	<b>Total</b>	<b>530</b>	<b>100,0</b>	<b>6.910.386</b>	<b>100,0</b>	<b>3.333</b>	<b>100,0</b>	<b>27.707.577</b>	<b>100,0</b>
	Agricultura familiar - lei 11.326	390	73,6	391.096	5,7	964	28,9	1.227.923	4,4
	Agricultura não familiar	140	26,4	6.519.290	94,3	2.369	71,1	26.479.654	95,6
<b>Poções</b>	<b>Total</b>	<b>378</b>	<b>100,0</b>	<b>1.046.939</b>	<b>100,0</b>	<b>1.425</b>	<b>100,0</b>	<b>3.675.496</b>	<b>100,0</b>
	Agricultura familiar - lei 11.326	299	79,1	379.694	36,3	573	40,2	1.235.708	33,6
	Agricultura não familiar	79	20,9	667.245	63,7	852	59,8	2.439.788	66,4
<b>Vitória da Conquista</b>	<b>Total</b>	<b>886</b>	<b>100,0</b>	<b>6.488.944</b>	<b>100,0</b>	<b>5.397</b>	<b>100,0</b>	<b>21.116.822</b>	<b>100,0</b>
	Agricultura familiar - lei 11.326	637	71,9	1.234.326	19,0	1.158	21,5	3.457.434	16,4
	Agricultura não familiar	249	28,1	5.254.618	81,0	4.239	78,5	17.659.388	83,6

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário, 2006

Na Tabela 3, verifica-se que na Bahia e Planalto de Conquista, assim como no Brasil, a tendência é de concentração da área (Área colhida em hectares) e da renda (Valor da produção em reais) nos estabelecimento de agricultura não familiar. Entre os municípios selecionados observa-se que, no Planalto de Conquista, há uma maior

importância dos municípios de Barra do Choça e Vitória da Conquista em termos de quantidade produzida, área colhida de café, em hectares, e do valor da produção cafeeira em reais, seguidos dos municípios de Planalto, Encruzilhada e Poções. Cabe salientar que os estabelecimentos de agricultura familiar são maioria em todos eles, com destaque para o município de Encruzilhada. Essa região tem grande importância para a produção do café arábica na Bahia que é o quinto produtor nacional do grão.

Considerando as grandes disparidades na estrutura agrária brasileira sabe-se que os estabelecimentos agropecuários responsáveis pelos excedentes exportáveis de café possuem área bastante superior à dos países concorrentes, ao confrontarmos os dados expostos nas tabelas anteriores com os dados apresentados por Saes e Nakazone (2002) e citados anteriormente.

Analisando dados da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, podemos observar, por meio da Tabela 4, a área em produção de café no Brasil e Unidades da Federação no período de 2004 a 2012.

**Tabela 4 – Área em produção do café no Brasil, safras 2004/2005 a 2011/2012 (em hectares)**

UNID. FEDERAÇÃO	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12 (*)
Minas Gerais	1.001.577	1.033.533	1.011.865	1.016.414	1.048.172	1.000.731	1.006.719,0	1.000.869,0
Espírito Santo	507.786	493.958	473.256	517.729	489.592	479.798	460.193,0	452.527,0
São Paulo	204.700	221.040	212.100	168.700	188.495	182.020	167.147,0	169.538,0
Paraná	117.105	106.380	100.330	97.842	96.920	85.180	81.874,0	74.752,0
Bahia	96.710	97.175	97.794	151.792	125.033	126.170	139.550,0	138.833,5
Rondônia	188.000	165.910	162.627	153.281	155.972	154.335	154.879,0	153.391,0
Mato Grosso	34.517	34.500	32.230	16.227	15.007	15.272	15.186,0	19.899,0
Pará	18.781	22.600	20.915	15.137	12.917	12.407	13.500,0	10.448,0
Rio de Janeiro	13.894	13.970	13.800	14.048	13.562	13.923	13.100,0	12.864,0
Outros	29.800	28.600	27.480	25.484	24.125	23.073	24.477,0	23.300,0
<b>BRASIL</b>	<b>2.212.870</b>	<b>2.217.666</b>	<b>2.152.397</b>	<b>2.176.654</b>	<b>2.169.795</b>	<b>2.092.909</b>	<b>2.076.625,0</b>	<b>2.056.421,5</b>

Fonte: CONAB, Indicadores da Agropecuária, Maio de 2013

(\*)- Estimativa em Dezembro/12

Os dados demonstram pequenas oscilações com redução da área de produção entre 2007/08 e 2011/12, para o Brasil. No caso da Bahia, quinto produtor no país, manteve-se a área de produção nos mesmos patamares em 2003/04 e 2006/07, ampliando-se de forma significativa em 2007/08 e seguida de redução entre 2008/09 e 2011/12, mantendo-se níveis mais elevados que o período inicialmente analisado.

A Tabela 5 apresenta dados sobre a produção de café no Brasil e Unidades da Federação, em mil sacas beneficiadas, durante o período de 2004 a 2012.

**Tabela 5 – Produção do café no Brasil, safras 2004/2005 a 2011/2012 (em mil sacas beneficiadas)**

<b>UNID. FEDERAÇÃO</b>	<b>2004/05</b>	<b>2005/06</b>	<b>2006/07</b>	<b>2007/08</b>	<b>2008/09</b>	<b>2009/10</b>	<b>2010/11</b>	<b>2011/12 (*)</b>
Minas Gerais	18.777	15.219	21.987	16.473	23.581	19.880	25.155,0	22.181,0
Espírito Santo	6.795	8.070	9.009	10.306	10.230	10.205	10.147,0	11.573,0
São Paulo	5.870	3.223	4.470	2.632	4.420	3.423	4.662,0	3.111,5
Paraná	2.526	1.435	2.248	1.732	2.608	1.467	2.284,0	1.842,0
Bahia	2.279	1.812	2.251	2.342	2.141	1.874	2.292,7	2.290,0
Rondônia	1.760	1.772	1.263	1.482	1.876	1.547	2.369,0	1.428,3
Mato Grosso	310	310	250	153	138	141	203,1	137,8
Pará	220	330	280	266	233	228	228,6	184,0
Rio de Janeiro	260	298	264	281	266	265	250,1	260,0
Outros	475	475	490	404	499	440	503,3	476,6
<b>BRASIL</b>	<b>39.272</b>	<b>32.944</b>	<b>42.512</b>	<b>36.071</b>	<b>45.992</b>	<b>39.470</b>	<b>48.094,8</b>	<b>43.484,2</b>

Fonte: CONAB, Indicadores da Agropecuária, Maio de 2013

(\*)- Estimativa em Dezembro/12

Percebe-se que houve oscilações com tendência de crescimento em todo o período, apesar da tendência de redução da área em produção evidenciada pela tabela anterior. Este dado pode estar relacionado pela concentração da produção em grandes propriedades, conforme comentado anteriormente, e pela capacidade de investimento destes produtores resultando no aumento da produção mesmo com redução da área.

Por fim, a Tabela 6, apresenta a produtividade da cultura cafeeira, em sacas por hectare, para o Brasil e unidades da federação, no período de 2004 a 2012.

**Tabela 6 – Produtividade do café no Brasil, safras 2004/2005 a 2011/2012 (em sacas por hectares)**

<b>UNID. FEDERAÇÃO</b>	<b>2004/05</b>	<b>2005/06</b>	<b>2006/07</b>	<b>2007/08</b>	<b>2008/09</b>	<b>2009/10</b>	<b>2010/11</b>	<b>2011/12 (*)</b>
Minas Gerais	18,75	14,73	21,73	16,21	22,50	19,87	24,99	22,16
Espírito Santo	13,38	16,34	19,04	19,91	20,89	21,27	22,05	25,57
São Paulo	28,68	14,58	21,07	15,60	23,45	18,81	27,89	18,35
Paraná	21,57	13,49	22,41	17,70	26,91	17,22	27,90	24,64
Bahia	23,57	18,65	23,02	15,43	17,12	14,85	16,43	16,49
Rondônia	9,36	10,68	7,77	9,67	12,03	10,02	15,30	9,31
Mato Grosso	8,98	8,99	7,76	9,43	9,20	9,23	13,37	6,92
Pará	11,71	14,60	13,39	17,57	18,04	18,38	16,93	17,61
Rio de Janeiro	18,71	21,33	19,13	20,00	19,61	19,03	19,09	20,21
Outros	15,94	16,61	17,83	15,85	20,68	19,07	20,56	20,45
<b>BRASIL</b>	<b>17,75</b>	<b>14,86</b>	<b>19,75</b>	<b>16,57</b>	<b>21,20</b>	<b>18,86</b>	<b>23,16</b>	<b>21,15</b>

Fonte: CONAB, Indicadores da Agropecuária, Maio de 2013

(\*)- Estimativa em Dezembro/12

É possível observar que durante o período 2004-2006 a Bahia apresentava índices bastante próximos e até mesmo superiores ao dos principais produtores no Brasil. Já no período 2007-2012 a distância entre estes mesmos estados se ampliou com melhoria dos indicadores dos demais estados e estagnação nos índices apresentados pela Bahia.

Isso pode indicar uma retração nos incrementos de tecnologia na estrutura produtiva da cafeicultura baiana, o que pode ter afetado sua produtividade por hectare, e também, o crescimento das unidades familiares de produção que operam com menor incremento tecnológico. Na seção seguinte buscou-se realizar inferências a este respeito através da análise da estrutura produtiva da cafeicultura brasileira e baiana, especialmente do Planalto da Conquista.

### **2.2.1 A heterogeneidade na estrutura produtiva e a qualidade do café: observações sobre o Brasil, Bahia e Planalto da Conquista**

Como visto anteriormente, a estrutura produtiva da cafeicultura brasileira é bastante heterogênea. Não apenas por apresentar dois principais segmentos produtores com grandes disparidades no que se refere ao tamanho das propriedades, mas, também, porque estes mesmos segmentos, internamente, apresentam outras significativas disparidades internas. A este respeito, Gonçalves e Souza afirmaram que, na agricultura brasileira, “o movimento das transformações forjou um alargamento da distância entre os extremos”. Asseguraram que

seja no plano interno seja no externo [...] isso ocorre no tocante ao padrão tecnológico com a persistência de perfis produtivos díspares; no padrão educacional relacionado a distintos níveis de aprimoramento profissional dos agropecuaristas; no padrão econômico com níveis diferenciados de renda em função das rentabilidades desiguais dos empreendimentos e no padrão social com desigual acesso aos benefícios do desenvolvimento. (GONÇALVES E SOUZA, 2000, p. 35)

Os autores analisaram ainda os diferenciais de rendimentos agrícolas das lavouras e os respectivos custos de produção, a partir dos diferentes perfis tecnológicos concluindo que “Os rendimentos agrícolas apresentam situações extremas de disparidade como no café (1.300%), milho (1.047%), arroz (900%), feijão (787%) e uva fina (614%)” (GONÇALVES e SOUZA, 2000, p. 36) e sobre os custos de produção revelaram que

essas disparidades configuram diferenças expressivas de custos de produção de cada unidade ofertada. As maiores diferenças de custo estão no café (133%), uva comum (115%), laranja (112%), cebola (109%) e, mesmo as menores verificadas para soja (15%) e algodão (35%) são bastante expressivas (GONÇALVES, 1999, *apud* GONÇALVES e SOUZA, 2000, p. 36)

Gonçalves e Souza (2000) concluíram que as maiores diferenças de custos foram identificadas para culturas perenes nas quais o investimento na sua implantação com determinada base técnica implica numa depreciação consistente deste investimento durante vários anos de produção e, por isso, a introdução de nova técnica, como o adensamento, acaba sendo postergada por alguns anos. Exemplificaram essa situação com a cultura cafeeira em que o tradicionalismo representa um entrave a mudanças tecnológicas, pois os produtores mantêm cafezais bastante antigos em plena produção. Sobre este aspecto, Fernandes (2011) coloca que a cadeia produtiva do café no Brasil

se caracteriza como um ambiente altamente competitivo, principalmente desde a desregulamentação da oferta internacional do produto, no início dos anos noventa. Por ser o café uma cultura perene, exigente quanto à imobilização de ativos (especialmente máquinas e equipamentos de beneficiamento) e com início da fase produtiva se dando apenas de dois a três anos após o plantio, a elasticidade de oferta é baixa, o que tende a magnificar as discrepâncias entre as menores cotações e os picos de preço, já que há um retardo entre a ocorrência de um estímulo ou desestímulo ao cultivo e sua expressão em termos de oferta do produto. (FERNANDES, 2011, p. 11)

A heterogeneidade na estrutura produtiva revela-se extremamente prejudicial no que diz respeito aos esforços na coordenação da cadeia produtiva com vistas à melhoria da qualidade do café brasileiro.

Saes e Nakazone (2002) colocam que o mercado de cafés especiais tem apresentado maior crescimento, mesmo tendo ainda pouca representatividade no consumo mundial e que os países com maior valorização neste mercado são Colômbia, Guatemala, Costa Rica e Quênia, entre outros, constantemente premiados pela qualidade. Entretanto, o Brasil é mundialmente reconhecido como fornecedor de grandes quantidades do produto em detrimento de sua qualidade.

A autora apontou como principal ponto de estrangulamento neste mercado a falta de a coordenação entre os segmentos do agronegócio café do Brasil. Mas destacou que o fato de possuir um parque cafeeiro complexo e diverso proporciona ao país a vantagem em relação aos concorrentes de produzir uma grande variedade de tipos de bebidas e, conseqüentemente, ampliar suas possibilidades de explorar diversos nichos de mercado.

Nessa perspectiva, considerando os aspectos edafo-climáticos e a forma de cultivo dominante em suas diversas regiões, o estado da Bahia apresenta uma produção cafeeira com diversas vantagens competitivas para a exploração de diversos nichos de mercado.

A Bahia, produzindo uma média de cerca de 2,5 milhões de sacas anuais, oscila entre os postos de quarto e quinto Estado maior produtor de café do Brasil. Entretanto, devido à sua dimensão geográfica e às diferentes condições edafo-climáticas que apresenta, é possível dizer que a Bahia contém uma boa amostra de todo o mundo cafeeiro. O Estado produz desde os lavados da Chapada Diamantina, do Planalto da Conquista e da região de Itiruçu/Vale do Jiquiriçá/Brejões, aos cafés naturais finos do Oeste Baiano e mesmo ao conilon das regiões costeiras do Baixo Sul/Sul e do Extremo Sul. A Bahia é hoje reconhecida como uma boa origem para desde os cafés especiais super premium até para cafés comerciais de valor mais competitivo. (FERNANDES, 2011, p. 7.)

Contudo, através de tabulação dos dados do Censo Agropecuário de 2006, o autor verificou uma forte concentração na produção de café na Bahia. Destacou que o café é, produzido por mais de 18.500 produtores no Estado, 0,6% dos produtores eram responsáveis por mais de 46% da produção, utilizando uma área maior que 100 hectares, o que pode ser verificado através da Tabela 7.

**Tabela 7 – Concentração na produção de café arábica na Bahia**

Área do Estabelecimento	Produtores (%)	Produção (%)	Produtividade (sacas/ha)
Até 9ha	92,6	23,5	14,3
De 10 a 49ha	6,1	19,2	17,0
De 50 a 99 há	0,7	10,9	23,5
100ha ou mais	0,6	46,3	33,3

Fonte: Adaptado de (FERNANDES, 2011)

Em contrapartida, aproximadamente 23% do total da produção era realizada por cerca de 93% dos produtores em unidades produtivas menores que 10 hectares. Quanto à produtividade por hectare, observou-se que menos de 1% dos produtores alcançavam a produtividade de 33,3 sacas por hectare, mais que o dobro dos pequenos produtores com apenas 14,3 sacas/ha.

No caso do café conilon essa concentração também ficou evidenciada. Observa-se na Tabela 8 que 1,2% de cerca de 2.400 produtores, utilizando áreas maiores que 100 hectares, respondiam por 51,7% da produção baiana com uma produtividade média de 37 sacas por hectare. Por outro lado, 85,1% do total de produtores em áreas menores que 10 hectares alcançavam apenas 14,5% da produção e uma produtividade de 23,5 sacas/ha.

**Tabela 8 – Concentração na produção de café conilon na Bahia**

Área do Estabelecimento	Produtores (%)	Produção (%)	Produtividade (sacas/ha)
Até 9ha	85,1	14,5	23,5
De 10 a 49ha	11,2	20,0	23,5
De 50 a 99 há	2,5	13,8	20,0
100ha ou mais	1,2	51,7	37,0

Fonte: Adaptado de (FERNANDES, 2011)

Estes dados comprovam que há uma parte significativa da produção é realizada em pequenas propriedades, em maior número no estado e, geralmente com menor incremento tecnológico, que apresentam menores índices de produtividade por hectare, conforme observado anteriormente. A este respeito Silva, *et al* (2011), afirmaram que

Os pequenos cafeicultores, com exceção daqueles organizados no sistema de cooperativas, têm poucas possibilidades de comercializar a produção diretamente com os mercados consumidores, ou de retê-la, aguardando melhores preços. Em geral, por não produzirem um café de qualidade, vendem o produto aos atravessadores, muitas das vezes comerciantes gananciosos, os quais percorrem as unidades produtivas, desqualificando e pagando o produto ao preço que melhor lhes convém. Durante um encontro de pequenos cafeicultores, realizado na cidade de Bonito-BA no final de 2010, deparamos com a maior discrepância na comercialização do café. Enquanto um café de qualidade (tipo 6 bebida dura) era entregue nas cooperativas mineiras por valores superiores a R\$ 350,00, o pequeno cafeicultor da região de Bonito-BA não conseguia, sequer, R\$150,00 pelo seu produto. (SILVA, *et. al.*, 2011, p. 3)

Os autores destacaram que os prejuízos causados aos pequenos cafeicultores pela atuação dos atravessadores que deslocam a produção para os grandes centros de comercialização em detrimento das pequenas torrefações regionais, onde o produto passa por outros processos de beneficiamento e classificação para então ser vendido a preços melhores.

Nesse sentido salientaram que o lucro da atividade cafeeira concentra-se na etapa de comercialização e fica, portanto, retido nas mãos do “’atravessador’ ou agente de comercialização”, considerando que “o café é um dos poucos produtos cujo valor cresce com o nível de qualidade, ou seja, quanto melhor a aparência, a sanidade e a qualidade da bebida, maiores serão os preços pagos pelo produto“. (SILVA, *et. al.*, 2011, p. 3). Neste caso, como é o intermediário que realiza as últimas etapas do processamento conseguirá exportar ou vender diretamente o produto para as grandes agroindústrias, auferindo o maior lucro.

Silva, et al, (2011) acreditam que a implementação de programas de transferência e difusão de tecnologias aliada à melhoria do acesso a recursos para o financiamento de infraestrutura, principalmente para o pós-colheita podem capacitar a cafeicultura familiar a alcançar produção com qualidade e os melhores formas de comercialização, resultando em maior distribuição de renda, geração de emprego e manutenção do homem no campo.

Ressaltaram que a escolha de infraestrutura adequada é primordial para a realização de processos de preparo, secagem e armazenagem do grão após a colheita que garantam a qualidade do produto, além da condução correta da lavoura. Destacam que “desde que possua infraestrutura adequada, é durante a colheita e nas operações subsequentes que a cafeicultura familiar pode fazer a diferença na produção de café de qualidade”. (SILVA, et. al., 2011, p. 4).

A este respeito os autores citados acima afirmaram que a escolha pela colheita seletiva viabiliza o fornecimento de lotes de excelência sem danificar a lavoura, garantindo elevadas produtividades médias no período produtivo.

Para possibilitar essa situação ideal, indicaram e disponibilizaram alternativas tecnológicas a custos compatíveis, que classificaram como uma infraestrutura mínima para a produção de café com qualidade superior devidamente adaptada à cafeicultura familiar, independente das condições climáticas enfrentadas, conforme se verifica no Quadro 1, abaixo.

Silva, *et al*, (2011) colocaram que a cafeicultura familiar possui grande representatividade no Planalto da Conquista e na Chapada Diamantina (Bahia) assim como em Minas Gerais e Espírito Santo, que lideram a produção cafeeira do Brasil.

Destacaram que as lavouras, em sua maioria, localizam-se em regiões montanhosas e que, pela quantidade de mão de obra disponível bem como características peculiares ao segmento da pequena produção, geralmente com a utilização dos mesmos recursos e, muitas vezes, sob condições de cultivo semelhantes, observa-se frequentemente a obtenção de produtividades e qualidades diferentes.

**Quadro 1 – Infraestrutura mínima alternativa à cafeicultura familiar para produção de café com qualidade superior**

<b>LIMPEZA</b>	
<b>EQUIPAMENTO</b>	<b>FUNÇÃO</b>
Abanadora Manual para Café	Separação das impurezas maiores (folhas, paus, torrões) do café cereja e de frutos muito pequenos ou mal formados.
<b>LAVAGEM E SEPARAÇÃO</b>	
<b>EQUIPAMENTO</b>	<b>FUNÇÃO</b>
Lavador móvel com sistema basculante para descarga do café cereja Lavador fixo com sistema basculante Lavador rústico para café utilizando caixa-d'água e tela sombrite (lavador “Maravilha”) Descascador de café cereja Desmucilador mecânico	Lavagem para retirada de material fino aderido à superfície dos frutos e separação dos frutos e materiais estranhos por diferença de densidade. É com o uso adequado do lavador que os frutos “perfeitos” são separados dos frutos “suspeitos”.  Processo em que as cerejas maduras são descascadas e têm removida parte da mucilagem.
<b>TRATAMENTO DA ÁGUA RESIDUÁRIA</b>	
<b>EQUIPAMENTO</b>	<b>FUNÇÃO</b>
Pequeno sistema de tratamento da água residuária da lavagem e despolpa do café	Tratamento da água utilizada no processamento do café de forma econômica, antes da disposição ao solo ou de seu lançamento direto em cursos d'água.
<b>SECAGEM</b>	
<b>EQUIPAMENTO</b>	<b>FUNÇÃO</b>
Terreiro suspenso para retirada da água superficial Carrinho espalhador de café em terreiros Mureta lateral ou divisória fixa dos terreiros Divisórias móveis para separação dos diferentes tipos de café Secador comercial, tipo cascata, com calhas circulares Secagem com energia solar Terreiro Secador ou Terreiro Híbrido I Secador em Leiras ou Híbrido II Secador rotativo (rotação manual periódica) para 770 L de capacidade Sistema de secagem em sete silos Sistema de secagem com pré-secador, secador e silo secador Unidade de secagem combinada pré-secador, secador de fluxos concorrentes e silo secador	Secagem dos grãos de forma natural, em terreiro, e secagem artificial, utilizando secadores mecânicos
<b>CLASSIFICAÇÃO E ARMAZENAGEM</b>	
<b>EQUIPAMENTO</b>	<b>FUNÇÃO</b>
Silo Secador-Armacenador	Classificação e armazenagem do café após o processo de secagem

Fonte: Adaptado de SILVA, et. al., (2011)

Nesse sentido, evidencia-se a necessidade do desenvolvimento de uma infraestrutura mínima dotada de melhor tecnologia acompanhada de um treinamento para uso mais adequado dos recursos, tanto técnicos quanto financeiros, e gerenciamento mais eficiente da pequena propriedade, pois, para os autores,

[...] não se pode negligenciar ou diminuir a importância de nenhuma das operações pós-colheita. Ninguém, por melhor que trabalhe, é capaz de melhorar a qualidade de um café no ponto ideal de maturação. Há tempos um tradicional agricultor, ao ganhar um concurso de qualidade realizado no Paraná, disse: “o máximo que se pode fazer para obter um bom café é estragá-lo o mínimo”. (SILVA, et. al., 2011, p. 13)

Segundo os autores, “estima-se que essa infraestrutura mínima deva custar aproximadamente R\$25.000,00, se tudo for adquirido via comercial. Esse custo pode baixar significativamente se forem usados parte dos materiais e mão de obra locais para a implantação do sistema.” (SILVA, et. al., 2011, p. 51).

Portanto, com o planejamento adequado viabilizando o acesso a crédito para implantação do sistema, bem como, com o treinamento financeiro e gerencial compatíveis com projetos específicos para cada região, torna-se viável apenas à cafeicultura familiar capitalizada que pode ampliar seus rendimentos através da melhoria da qualidade e, conseqüente, agregação de valor ao produto comercializado.

### **2.3 A sustentabilidade e a cafeicultura**

O conceito de sustentabilidade está mais diretamente relacionado ao estoque e qualidade dos recursos ambientais disponíveis, primando pela sua manutenção em quantidade e qualidade, preservando suas fontes para possibilitar o atendimento das necessidades humanas no presente e futuro. (AFONSO, 2006)

Pelo fato de ter sido discutido e consolidado a partir das discussões realizadas pela Comissão Mundial sobre meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU no ano de 1987, tal conceito abrange, primordialmente, a dimensão ambiental, além de outras dimensões como a econômica, social, política e cultural.

O desenvolvimento sustentável como proposta para uma sociedade capitalista, cuja essência é a acumulação de riquezas sem uma equivalente e equitativa distribuição entre os membros da sociedade, fica prejudicado em sua efetiva aplicabilidade diante de um consumismo que não conta com uma contrapartida em recursos ilimitados para atendê-lo. A este respeito

Por enquanto, a sustentabilidade se realiza apenas como discurso. Discurso unânime, porém não transformado em práticas possíveis e nem mesmo em um caminho possível. Será preciso compreender que o bem comum, a cidadania acessível a todos e o contato com sistemas naturais saudáveis podem tornar a vida muito mais agradável (mesmo que alguns privilégios deixem de existir) para que possamos modificar os rumos do nosso pequeno planeta e a qualidade de nossas vidas. (AFONSO, 2006, p. 70)

Na atividade agrícola, essa discussão evidencia a forma de condução das lavouras e criações, com destaque para a utilização de insumos químicos, como poluidores, e mecânicos, como responsáveis pela desocupação da mão de obra no campo. Além do uso exagerado de recursos ambientais e sua devastação para a expansão de grandes monoculturas, modelo facilmente observado no campo brasileiro.

Considerando que a cafeicultura constitui-se como um sistema monocultor que implica na utilização de insumos industriais em larga escala, e que tem plenas condições de mecanização em todas as etapas do processo produtivo, comprometendo a dimensão social preconizada, entre outros aspectos, acreditamos que fique prejudicada a sua associação com práticas relacionadas ao conceito de sustentabilidade, consideradas as discussões realizadas desde as décadas de 1960 e 1980 sobre o tema.

Nesse sentido, acompanhando a compreensão de Afonso (2006), optou-se por tentar identificar práticas de menor impacto ambiental e socialmente justas nas análises sobre a cafeicultura do Planalto de Conquista em detrimento do uso do termo sustentabilidade.

### **3.0 MATERIAL E MÉTODOS**

Para alcançar os objetivos propostos, buscou-se delinear o perfil e definir a tipologia dos produtores de café da região do Planalto de Conquista bem como realizar análise comparativa dos modelos de gestão adotados pelos respectivos sistemas de produção, destacando as perspectivas, limitações e os desafios em cada situação. Por fim foram verificados os resultados em termos de agregação de valor ao produto comercializado.

A opção metodológica para viabilizar as análises propostas considerou a abrangência e capacidade de efetiva investigação acerca da heterogeneidade características dos sistemas agrários. Por esta razão utilizou-se a Análise Diagnóstico de Sistemas Agrários, cujo rigor científico consegue “dar conta da complexidade e da diversidade que, em geral, caracterizam a atividade agrícola e o meio rural.” (GARCIA FILHO, 1995, p. 9)

De acordo com o autor, o método baseia-se em passos progressivos, partindo do geral para o particular, na busca da explicação e não somente da descrição dos fenômenos observados. Por isso, trabalha-se com amostragens dirigidas, de forma que se possa analisar a diversidade dos fenômenos mais importantes observados.

O tamanho da amostra é, pois, determinado, sobretudo pela complexidade e pela diversidade da realidade estudada. Não se trabalha, portanto, com amostragens aleatórias, pois elas não asseguram, justamente por seu caráter intrínseco, a representação e a análise aprofundada de toda esta diversidade. A metodologia consiste nas seguintes etapas:

- a) fazer um levantamento das situações ecológica e socioeconômica dos agricultores;
- b) identificar e caracterizar os principais tipos de produtores (familiares, patronais, etc.) e os principais agentes envolvidos no desenvolvimento rural (comércio, empresas de integração, bancos, agroindústrias, poder público, etc.);
- c) identificar e caracterizar os principais sistemas de produção adotados por esses diferentes produtores, as suas práticas técnicas, sociais e econômicas e os seus principais problemas;
- d) caracterizar o desenvolvimento rural em curso, isto é, as tendências de evolução da agricultura na região;
- e) identificar, explicar e hierarquizar os principais elementos – ecológicos, socioeconômicos, técnicos, políticos, etc. - que determinam essa evolução;
- f) realizar previsões sobre a evolução da realidade agrária. (GARCIA FILHO, 1995, p. 7)

Na realização do diagnóstico optou-se por definir a tipologia dos produtores como empresarial e familiar. Foram aplicados 44 (quarenta e quatro) questionários, cujo modelo encontra-se exposto no Apêndice A, sendo 09 (nove) com produtores empresariais, o que representa 20,5% do total, e 35 (trinta e cinco) com produtores familiares, ou seja, 79,5% do total de entrevistados, o que de certa forma reproduz a distribuição percentual dos dois tipos de agricultores, segundo o IBGE (2006).

Foram realizadas, também, entrevistas com representantes locais de entidades ligadas ao setor agrícola dos respectivos municípios e com os agricultores, visando um contato mais direto com os produtores com a finalidade de descrever as perspectivas, limitações e os desafios em cada modelo de gestão para viabilizar a análise comparativa.

O Quadro 2, abaixo, demonstra o cronograma de vistas aos cinco municípios da região do Planalto da Conquista contemplados por esta pesquisa (Barra do Choça, Encruzilhada, Planalto, Poções e Vitória da Conquista).

**Quadro 2 – Cronograma de visitas para aplicação dos questionários da pesquisa**

DATA	MUNICÍPIO/	LOCALIDADE	ENTIDADE REPRESENTATIVA LOCAL
18/03/2013	Planalto	Parafuso na região da Lajinha e Serra Grande	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Planalto
19/03/2013	Encruzilhada	Vila do Café e região do Salobro	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Encruzilhada
23/03/2013	Vitória da Conquista	Inhobim	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vitória da Conquista Presidente da Associação de Produtores de Inhobim
19/04/2013	Vitória da Conquista	Capinal/Limeira	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vitória da Conquista
02/05/2013	Barra do Choça	Canudos, Santo Antonio I e II e Pau Brasil na região de Barra Nova	Secretaria Municipal de Agricultura de Barra do Choça
03/05/2013	Poções	Rio das Mulheres, Duas Vendas e Três Barras	Secretaria Municipal de Agricultura de Poções

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa

Nesse sentido, ao lançar mão de recursos metodológicos pautados na interatividade entre pesquisadores e atores na busca pela identificação dos problemas e possíveis soluções, considerando a realidade investigada, foi possível envolver representantes de entidades representativas bem como os agricultores numa pesquisa que viabilizará futuramente a intervenção nas próprias propriedades bem como em instituições públicas que possam atuar na melhoria das condições de produção e comercialização do café das propriedades rurais envolvidas, conforme preconiza o método.

Os dados primários coletados através do questionário aplicado foram transcritos para o programa Microsoft Excel onde foram tabulados e gerados os gráficos para embasar as análises apresentadas a seguir.

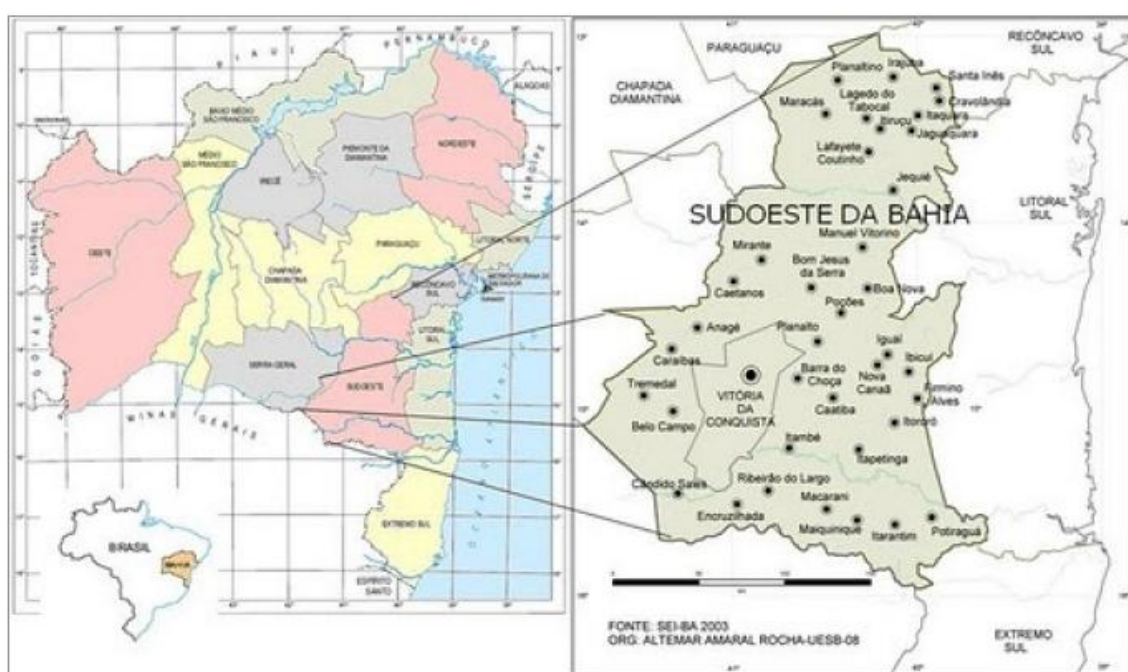
## **4.0 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **4.1 Caracterização regional: o Planalto da Conquista e os municípios alcançados pela pesquisa**

No âmbito das discussões sobre as políticas territoriais de regionalização e planejamento as regiões econômicas podem ser definidas como um “espaço contínuo polarizado por uma cidade de maior porte, tendo por suporte uma ou mais atividades produtivas que caracterizam e determinam o potencial da região” (SOUZA, 2008, p. 81). Segundo o autor,

Proposto com maior intensidade nos anos 90 o conceito de regiões econômicas [...] aliado com o de área de influência urbana buscava dar um caráter mais abrangente ao planejamento governamental, privilegiando as distintas realidades econômicas estabelecidas pela dinâmica dos investimentos públicos e da iniciativa privada no território baiano. Para tanto, oficialmente, levou-se em conta as repercussões espaciais do processo de modernização da base produtiva e as áreas de expansão da fronteira agropecuária.

A região do Sudoeste da Bahia compõe as quinze regiões econômicas do estado da Bahia (Figura 2), definidas e delimitadas entre 1980 e 1990 pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) tendo como cidades polo e subpolos Vitória da Conquista, Jequié e Itapetinga. (SOUZA, 2008)



**Figura 2 – Regiões Econômicas do Estado da Bahia**

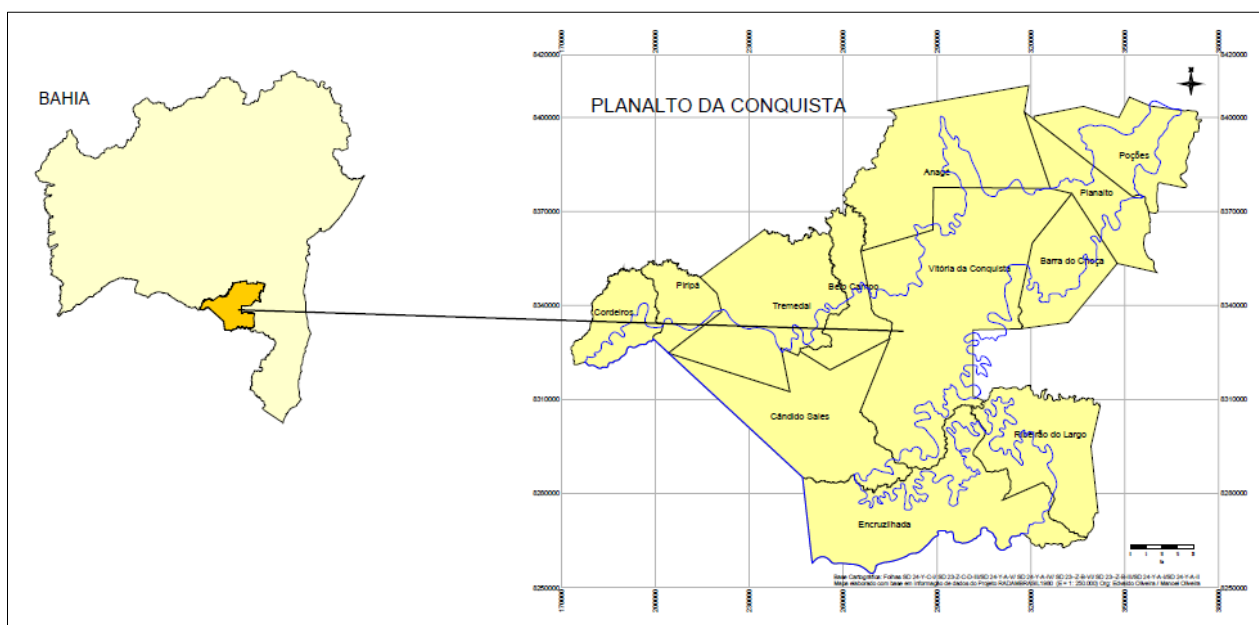
Fonte: SEI, 2002

Antes disso, no ano de 1966 o estado da Bahia havia sido dividido em 21 regiões administrativas com a finalidade de descentralizar as atividades e serviços das secretarias de Governo para cidades sedes que funcionariam como unidades administrativas polivalentes. Uma nova forma de regionalização foi proposta a partir do ano de 2003 tendo a denominação de ‘Territórios de Identidade’ com base em particularidades locais e a identificação de aspectos em comum entre os diversos municípios baianos buscando amenizar as disparidades socioeconômicas entre os mesmos. (DI LAURO *et al*, 2009 *apud* FAGUNDES, 2011). O autor destaca que

Os Territórios de Identidade, até o presente momento, têm demonstrado uma lógica semelhante às regionalizações anteriormente propostas para a Bahia, porém, não através dos limites espaciais, mas sim da concentração de investimentos nos municípios-sedes. Este último tipo de regionalização vem sendo crescentemente adotado como referência para a elaboração de políticas por parte do Governo Estadual, particularmente a partir do ano de 2007 (IPPUR/UFRJ, 2010, apud FAGUNDES, 2011).

A Região Sudoeste é hoje composta pelos Territórios de Identidade de Vitória da Conquista, Itapetinga, Médio Rio de Contas e Vale do Jequiçá e possui uma população de 1.117.499 habitantes que representa cerca de 8,2% da população total do estado (13.633.969 habitantes). Em área abrange 7,5% do território da Bahia com 42.542,9 km<sup>2</sup>. (CENSO/IBGE, 2010).

Para fins de análise neste trabalho iremos focar o estudo nos municípios que compõem o Planalto de Conquista (Figura 3), abrangido pela Região Econômica do Sudoeste da Bahia, considerando sua importância para a produção cafeeira do estado.



**Figura 3 – Municípios da Região do Planalto da Conquista**

Fonte: Oliveira (2010)

A região do Planalto da Conquista, no sudeste da Bahia, abrange doze municípios, a saber, Cordeiros, Piripá, Tremedal, Belo Campo, Cândido Sales, Ribeirão do Largo, Anagé, Encruzilhada, Vitória da Conquista, Barra do Choça, Planalto e Poções. Oliveira (2010) destaca que esta região constitui-se

numa área que apresenta características físicas diversas, marcadas pela presença de uma vertente úmida a leste e seca a oeste, formando um grande ecótono, carecendo de um zoneamento agrícola e ambiental que dê suporte as ações de governança no meio rural. Verificou-se que a maioria dos municípios é dependente das iniciativas dos governos federal e estadual, negligenciando o planejamento próprio, na forma de zoneamento e quando o faz, remete à divisão simplificada entre a zona da mata e a caatinga (OLIVEIRA, 2010, p. 1)

Durante as entrevistas com representantes das entidades representativas locais ficou evidente a classificação da produção agrícola por esta divisão simplificada entre a zona da mata e caatinga. Na região do Planalto de Conquista, predominantemente, a cultura do café concentra-se na região da mata dos municípios de Ribeirão do Largo, Encruzilhada, Vitória da Conquista, Barra do Choça, Planalto e Poções, mais significativamente neste cinco últimos nos quais concentraram-se as análises deste trabalho.

Conforme dados do IBGE (2010), o município de Barra do Choça tem um população estimada em 34.788 habitantes. Possui uma área de 781,3 km<sup>2</sup> e altitude de 847m, localizando-se a 27km de Vitória da Conquista e 524km de Salvador. Com uma economia de base agropecuária, a cultura cafeeira chega a representar 83% da atividade econômica do município. Dentre as atividades econômicas secundárias destacam-se as culturas do milho, feijão e mandioca e a pecuária leiteira e de corte.

Distante 607km de Salvador, o município de Encruzilhada tem um população estimada em 23.786 habitantes. Possui uma área de 2.048,2 km<sup>2</sup> e altitude de 650m, e tem como atividade principal a agricultura, destacando-se as culturas de café, feijão, milho e mandioca, além da pecuária com um diversificado rebanho de bovinos, suínos, equinos e caprinos. Conta com pequenas indústrias de queijo, requeijão, farinha, manteiga, telhas, tijolos e cachaça, além da exploração de minérios de forma rudimentar. (IBGE, 2010)

Segundo a Prefeitura Municipal de Planalto (s.d.) a população do município é de 24.481 habitantes, com uma área de 961,689 km<sup>2</sup>, altitude média de 943 m, apresentando o clima tropical de altitude, por causa da elevação dos terrenos, e mais de 1.300 m nos pontos mais altos do município. Distante 477 km de Salvador tem como principais culturas em sua atividade agrícola, base da atividade econômica do município, o café, a banana, a mandioca e o feijão.

O município de Poções tem uma população estimada em 44.701 habitantes. Possui uma área de 966,3 km<sup>2</sup> e altitude de 760m, localizando-se a 444km de Salvador.

Com uma economia de base agropecuária, tem como principais culturas em sua atividade agrícola, o café, a banana, a mandioca e o feijão. (IBGE, 2010)

Vitória da Conquista é o terceiro maior município do estado da Bahia com 306.866 habitantes e quinta maior economia da Bahia com participação de 2,29% no Produto Interno Bruto (PIB) estadual. Com área de 3.204,5 km<sup>2</sup> e altitude de 923 m, o destaque de sua economia, atualmente, está no setor de serviços, responsável por mais de 70% do PIB do município. (IBGE, 2010)

No ano de 1972 a cidade foi contemplada pelo Plano de Renovação e Revigoreamento da Cafeicultura, do Governo do General Médici e partir desse momento a cafeicultura tornou-se sua principal atividade agrícola, tendo como outros destaques as culturas do feijão, banana, mandioca milho, além da pecuária que é uma atividade tradicional no município.

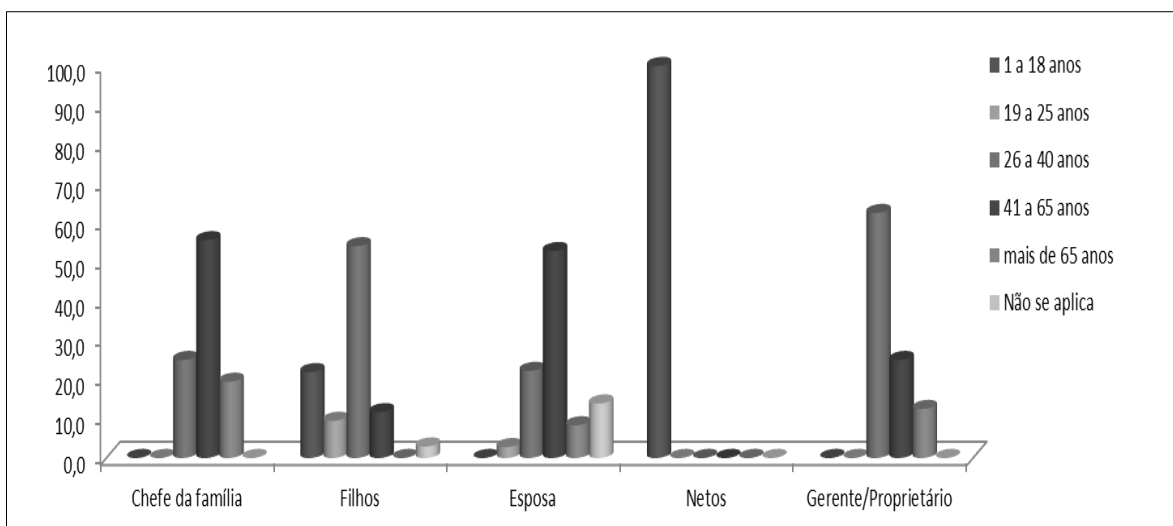
#### **4.2 Tipologia dos Produtores de Café no Planalto de Conquista-BA**

Em conformidade com a metodologia aplicada, os resultados do questionário permitiram estabelecer o perfil dos produtores de café da região do Planalto de Conquista. Os dados apresentados a seguir demonstram este perfil, e buscou-se então definir uma tipologia dos produtores a partir das informações coletadas.

Dentre os entrevistados alcançados pela presente pesquisa 54% (cinquenta e quatro por cento) são chefes de família, 25% (vinte e cinco por cento) esposas de chefes de estabelecimentos familiares e 20,5% (vinte e meio por cento) gerentes ou proprietários de empresas rurais.

Quanto ao sexo, 70% (setenta por cento) dos chefes de família são homens e 30% (trinta por cento) mulheres, incluindo viúvas que assumiram a administração da unidade familiar. No caso dos gerentes, que representam 100% (cem por cento) do total de entrevistados, todos são homens.

No que se refere ao estado civil, os dados demonstram que parte significativa dos (as) chefes de família são casados (as) e parte destes (as) viúvos (as). Em relação aos filhos aproximadamente 56% (cinquenta e seis por cento) dos filhos são casados e cerca de 42% (quarenta e dois por cento) são solteiros. No caso dos netos, todos são solteiros e, ainda em idade escolar.



**Gráfico 1 – Classificação dos proprietários e membros das famílias quanto à idade**

Fonte: Dados tabulados pela autora com base no questionário aplicado

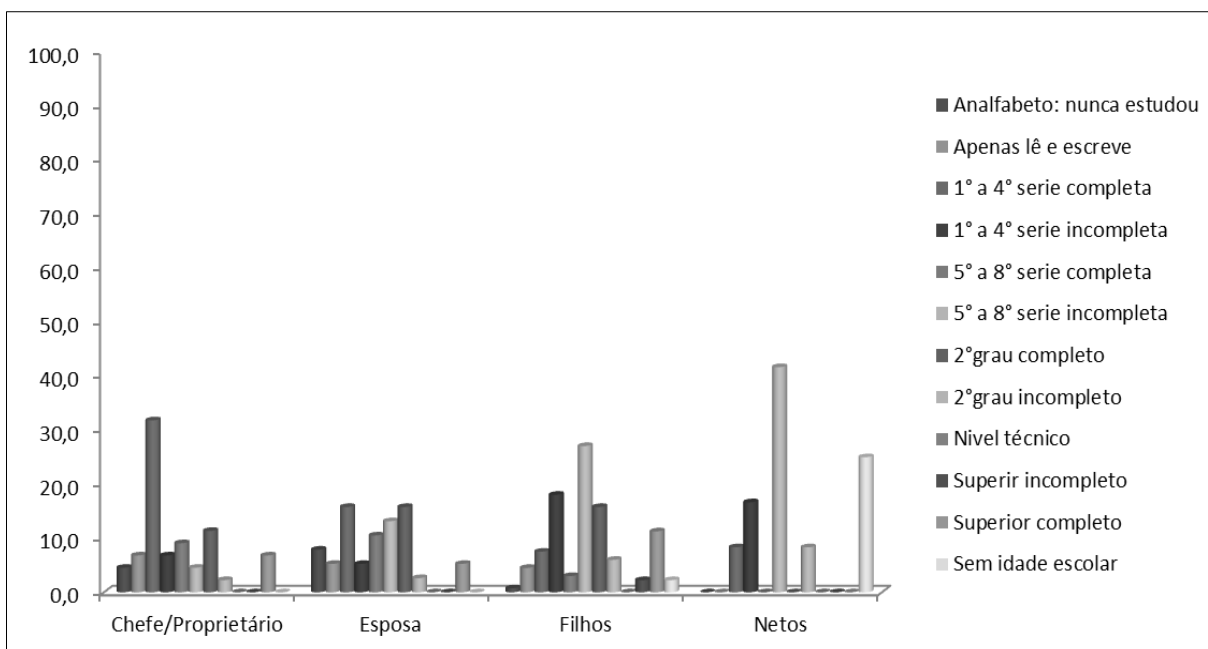
Quanto à idade, observa-se, no Gráfico 1, que a maior parte dos chefes de família e esposos (as) encontram-se na faixa etária de 41 a 65 anos, os filhos entre 26 e 40 anos e netos entre 1 e 18 anos. No caso dos gerentes, em sua maior parte possuem idade entre 26 e 40 anos.

Percebeu-se, entre as unidades familiares, que aquelas que são gerenciadas por chefes mais velhos mantêm, geralmente, um modelo mais tradicional de condução da atividade. Os filhos que formam novas famílias geralmente buscam maior nível de escolarização e são mais abertos a novas tecnologias.

No caso dos gerentes, em sua maioria, possuem faixa etária e escolarização intermediárias (entre 26 e 40 anos e segundo grau completo) e os proprietários empresariais entrevistados possuíam entre 40 e 60 anos e tinham nível superior e pós-graduação.

Quanto ao nível de escolaridade verificou-se que parte significativa dos chefes e esposas concluíram apenas a 4ª série do ensino fundamental, como pode ser visto no Gráfico 2. Cabe salientar que o nível de escolaridade da categoria chefe/proprietário apresenta escolarização igual ou superior ao segundo grau, quase em sua totalidade, referente aos gerentes e proprietários de empresas rurais entrevistados.

Analisando o perfil dos produtores destacamos o nível de escolaridade como um determinante para o sucesso na gestão do negócio, pois, como foi observado, os chefes, gerentes e proprietários com maior nível de escolaridade acabaram obtendo maior acesso a diversos tipos de informação o que reflete na gestão dos recursos financeiros e na própria condução da lavoura.



**Gráfico 2 – Nível de escolaridade dos membros da família**

Fonte: Dados tabulados pela autora com base no questionário aplicado

Neste aspecto, as unidades familiares compostas por membros com menores níveis de escolaridade, apresentaram sistemas mais tradicionais e com menor rendimento e produtividade física. Entretanto, foram observadas pequenas propriedades muito bem estruturadas, cujos membros alcançaram escolaridade mais elevada, inclusive com maior consciência ambiental do que empreendimentos empresariais com melhor estrutura.

Uma tendência claramente demonstrada no gráfico e constatada durante as entrevistas diz respeito à quantidade significativa de filhos e netos mais novos concluindo ensino fundamental e médio e dos filhos mais velhos alcançando o nível superior de ensino. Entretanto, o aumento na escolarização, em vários casos, estava associado ao abandono da atividade agrícola e, até mesmo, ao abandono das áreas rurais.

Conforme podemos analisar na Tabela 9, página seguinte, o trabalho agrícola integral na propriedade é exercido, majoritariamente, pelos chefes, esposas e alguns filhos. Nota-se que parte significativa exerce, também, atividades fora da propriedade de forma combinada com o trabalho agrícola integral.

Além disso, parte das esposas e filhos exercem atividades, em tempo integral, fora da propriedade. Os chefes nessa situação representam os proprietários de empresas rurais que tem outra atividade não agrícola.

**Tabela 9 – Tipo de ocupação dos membros da família**

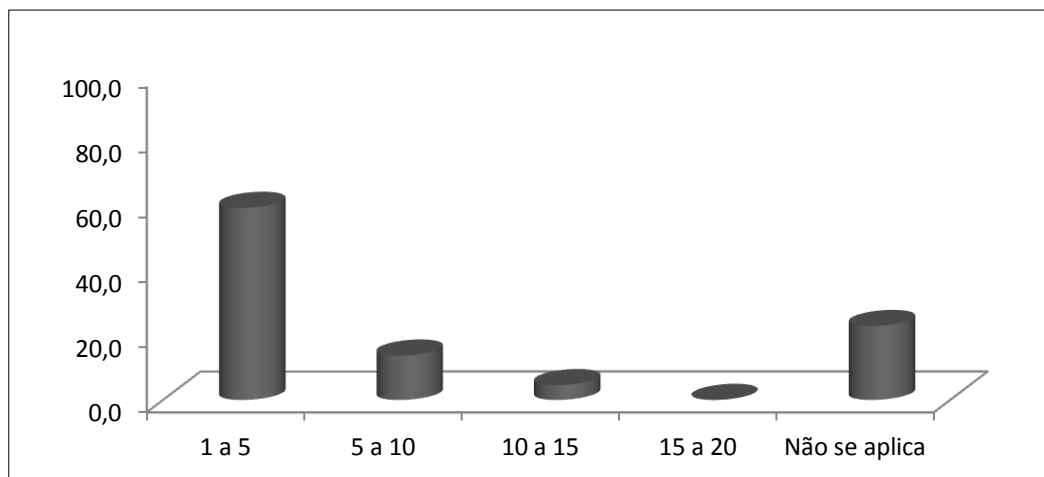
<b>OCUPAÇÃO</b>	<b>CHEFE (%)</b>	<b>ESPOSA (%)</b>	<b>FILHOS (%)</b>	<b>NETOS (%)</b>
Tempo integral na propriedade	50,0	42,9	17,6	0,0
Tempo parcial: trabalha fora e dentro da propriedade	29,5	22,9	11,8	0,0
Tempo parcial na lavoura + trabalho domestico	2,3	11,4	3,7	0,0
Tempo parcial na propriedade + estuda	0,0	0,0	0,7	8,3
Tempo integral fora da propriedade	9,1	8,6	11,8	0,0
Tempo parcial: trabalho não agrícola na propriedade+ Lavoura	0,0	2,9	0,0	0,0
Trabalho não agrícola integral	0,0	0,0	30,9	0,0
Somente trabalhos domésticos	0,0	0,0	0,0	0,0
Somente estuda	0,0	0,0	21,3	83,3
Criança menor de 7 anos	0,0	0,0	0,7	8,3
Idoso: tempo parcial na UP	2,3	2,9	0,0	0,0
Desempregado	0,0	0,0	0,0	0,0
Não se aplica	6,8	8,6	1,5	0,0
<b>TOTAL</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Dados tabulados pela autora com base no questionário aplicado

Ainda de acordo com a tabela, destaca-se o número expressivo de filhos com atividade não agrícola integral. Este contingente representa uma evasão da atividade agrícola, pois geralmente, são membros da família que não se identificam com o trabalho no campo e se deslocam para os municípios próximos para o exercício de outras profissões como professores, nutricionistas, agrônomos e fisioterapeutas. Muitos não conseguem ocupações referentes à sua formação de nível superior e atuam como frentistas, profissionais da construção civil, porteiros, marceneiros, policiais, comércio em geral, dentre outras.

Diante dessa realidade, constatamos que 45% (quarenta e cinco por cento) dos membros das famílias exercem atividades fora do estabelecimento, sendo que 35% (trinta e cinco por cento) destas são classificadas como não agrícolas. Este dado revela-se preocupante visto que parte significativa da mão de obra familiar não está disponível pelas difíceis condições socioeconômicas das famílias.

O perfil familiar, observado no Gráfico 3, apresenta famílias com média de 1 a 5 filhos em sua maioria. Percebe-se que o modelo tradicional de famílias residentes no campo, com média de cinco a dez e quinze a vinte filhos, vem se alterando, apesar de terem sido encontradas com frequência ainda significativa. A categoria denominada de “não se aplica” no gráfico diz respeito aos gerentes e proprietários de empresas rurais, cujo perfil familiar não foi detalhado e estudado pelo fato de apresentarem dinâmica completamente diferente das unidades familiares de produção.



**Gráfico 3 – Quantidade de filhos por família**

Fonte: Dados tabulados pela autora com base no questionário aplicado

No que se refere ao local de origem dos entrevistados, quando questionados se eram do próprio local, 73% (setenta e três por cento) responderam que sim e 27% (vinte e sete por cento) informaram que eram oriundos de outras regiões e até mesmo de outros estados conforme Quadro 3, abaixo:

**Quadro 3 – Local de origem dos entrevistados**

LOCAL ONDE RESIDE ATUALMENTE	LOCAL DE ORIGEM
Barra do Choça	Barra do Choça, Anagé, São Paulo
Encruzilhada	Encruzilhada e Vitória da Conquista
Planalto	Planalto e Vitória da Conquista
Poções	Poções, São Paulo
Vitória da Conquista (Inhobim)	Vitória da Conquista, Cândido Sales, Belo Campo
Vitória da Conquista (Capinal-Limeira)	Vitória da Conquista, Espírito Santo

Fonte: Elaboração própria com base no questionário aplicado

No que se refere à condição dos entrevistados em relação ao estabelecimento, pode-se verificar através dos dados tabulados que aproximadamente 82% (oitenta e dois por cento) dos entrevistados são proprietários dos imóveis rurais, ocupantes, arrendatários e assentados representam cerca de 2% (dois por cento) do total, cada um e, os gerentes que residem na propriedade 11% (onze por cento), aproximadamente.

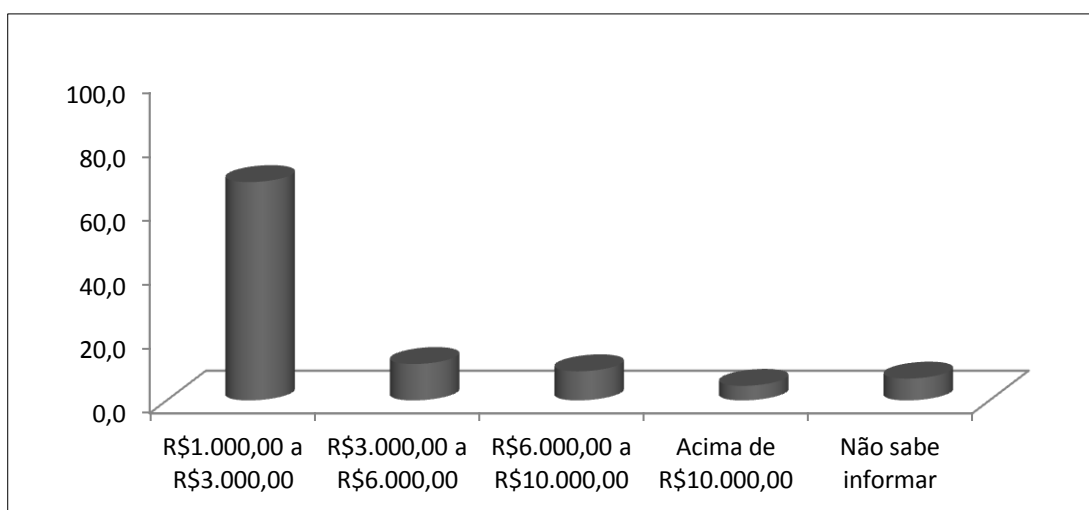
Com o objetivo de levantar e confirmar as condições de acesso à terra e condução da atividade agrícola, questionamos se os entrevistados possuíam parentes nas unidades agrícolas próximas, sendo que 77% (setenta e sete por cento) responderam que sim e 23% (vinte e três por cento) informaram que não.

Através deste questionamento foi possível verificar que muitas das “novas” famílias (em sua grande maioria com média de um a cinco filhos), geralmente aquelas advindas de famílias mais tradicionais (com média de cinco a dez e quinze a vinte

filhos) têm maior apego ao campo e permanecem na terra doada pelos pais. Observou-se que famílias com essa característica e que apresentaram melhor nível de tecnificação, dividem entre si os equipamentos de processamento do café, principalmente em locais onde não há o beneficiamento do produto de forma comunitária, via associações.

Em relação à condição socioeconômica das famílias, 75% (setenta e cinco por cento) dos entrevistados consideraram como principal fonte de renda a atividade agrícola, o que indica que o rendimento das atividades exercidas fora do estabelecimento servem apenas como complementação da renda familiar. Os 25% (vinte e cinco por cento) restantes que afirmaram ter a renda externa ao estabelecimento como principal fonte de renda constituem os produtores empresariais e dois produtores familiares, um de Planalto e outro de Barra do Choça, que são proprietários de pequenos mercados nos seus respectivos povoados.

As faixas de renda média mensal declaradas pelos produtores podem ser analisadas no Gráfico 4, abaixo. Observa-se que cerca 68% (sessenta e oito por cento) tem rendimentos mensais entre um e três mil reais. Ressalta-se que a maioria não atingiu o teto de três mil reais. Já os 4% (quatro por cento) que afirmaram obter rendimentos acima de dez mil reais chegam a alcançar mais que o dobro deste piso. Aproximadamente 7% (sete por cento) dos entrevistados afirmaram não saber informar a média mensal de rendimentos, nestes casos os informantes eram gerentes agrícolas que não tinham acesso a esse tipo de informação no estabelecimento.



**Gráfico 4 – Renda média mensal dos produtores**

Fonte: Dados tabulados pela autora com base no questionário aplicado

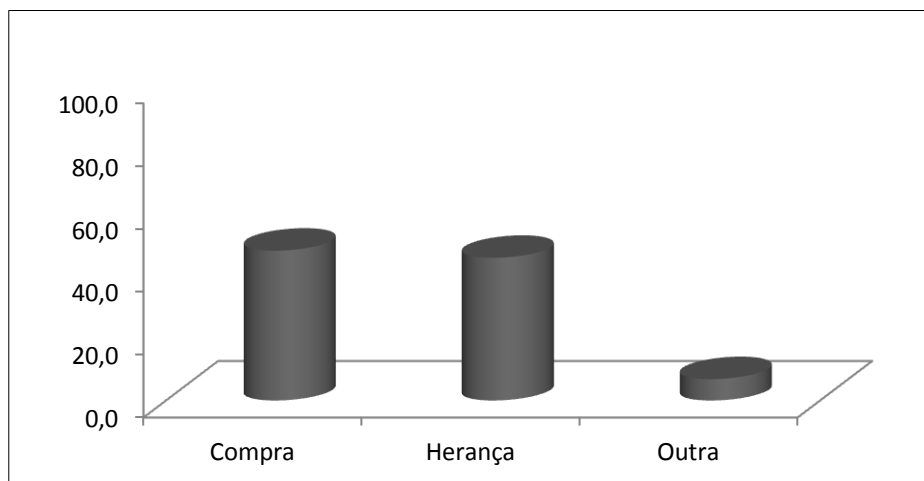
No caso dos empreendimentos familiares verificou-se que 34% (trinta e quatro por cento) são beneficiados pelo programa Bolsa Família e cerca de 39% (trinta e nove

por cento) recebem aposentadorias, geralmente dois salários mínimos referentes aos benefícios dos chefes e esposas das famílias tradicionais em que estes possuem idade mínima para terem direito ao benefício. Estes rendimentos foram considerados no cômputo da renda média mensal declarada pelos entrevistados.

A partir dos dados expostos neste item optou-se por estabelecer a tipologia de produtores familiares e empresariais para definir o modelo de gestão dos empreendimentos rurais da cafeicultura do Planalto de Conquista. Percebemos um “padrão” de atuação muito comum entre as unidades familiares e, da mesma maneira, nos estabelecimentos empresariais, por isso não consideramos necessário estabelecer grupos distintos entre as duas categorias definidas. Esse “padrão” de atuação observado é caracterizado por produtores familiares descapitalizados e produtores empresariais com alto nível tecnológico.

### **4.3 Tipologia dos Sistemas de Produção Agrários dos Produtores de Café na Região do Planalto da Conquista-BA**

As demais informações coletadas através do questionário viabilizaram a caracterização dos sistemas de produção agrários dos produtores de café na região do Planalto de Conquista-BA. Apresenta-se estes dados a seguir, na tentativa de identificar as principais práticas relacionadas à lavoura cafeeira na região, com a finalidade de sugerir alternativas para a melhoria da estrutura produtiva e conseqüente agregação de valor ao produto.



**Gráfico 5 – Forma de aquisição do imóvel**

Fonte: Dados tabulados pela autora com base no questionário aplicado

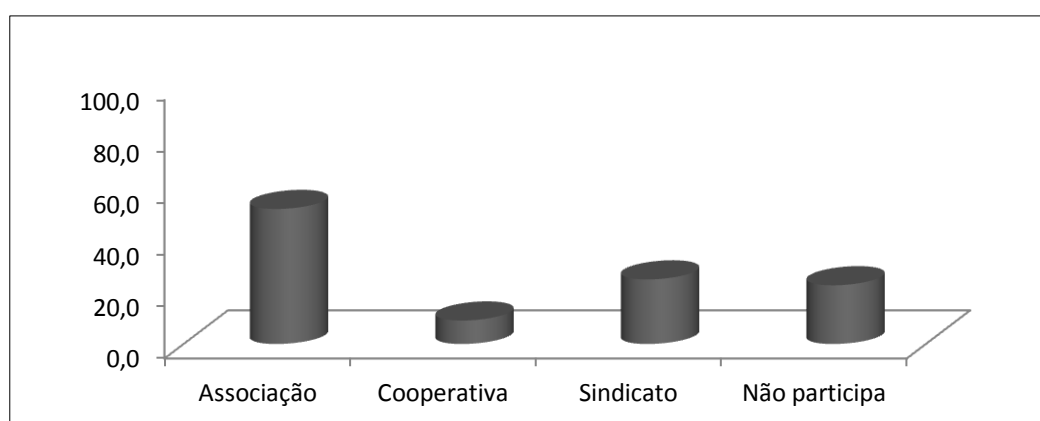
Quanto à forma de aquisição do imóvel rural, observa-se no Gráfico 5 que 48% (quarenta e oito por cento) dos entrevistados declararam ter adquirido o mesmo por

compra e 45% (quarenta e cinco por cento) por herança. Aqueles que declararam outra forma de aquisição, ou seja, 7% (sete por cento) relataram ter recebido dos pais doação de parte da terra em vida.

No que diz respeito à estrutura do imóvel, 86% (oitenta e seis por cento) informaram possuir água encanada; 96% (noventa e seis por cento) dos imóveis possuem energia elétrica e 87% (oitenta e sete por cento) declararam utilizar também a lenha, sendo que 77% (setenta e sete por cento) da lenha é retirada da propriedade e 23% (vinte e três por cento) é comprada.

Quanto à lenha retirada da propriedade a maior parte dos produtores familiares declarou que a mesma resulta da receita do próprio café e alguns disseram que retiram uma parte da área de reserva, até mesmo porque boa parte das unidades familiares não possui a reserva legal e utilizam toda a área para a atividade. No caso do segmento empresarial, os informantes declararam que não utilizam lenha.

Quando questionados sobre a participação em entidades representativas de classe (Gráfico 6) a maior parte dos entrevistados, ou seja, 52% (cinquenta e dois por cento), declararam participar de associações, 25% (vinte e cinco por cento) disseram que são filiados a sindicatos rurais e apenas 9% (nove por cento) informaram que são cooperados. Aproximadamente 23% (vinte e três por cento) declararam não participar de nenhuma entidade pelo fato de não existirem na comunidade ou de não terem a necessidade de utilizar os serviços prestados pelas mesmas.

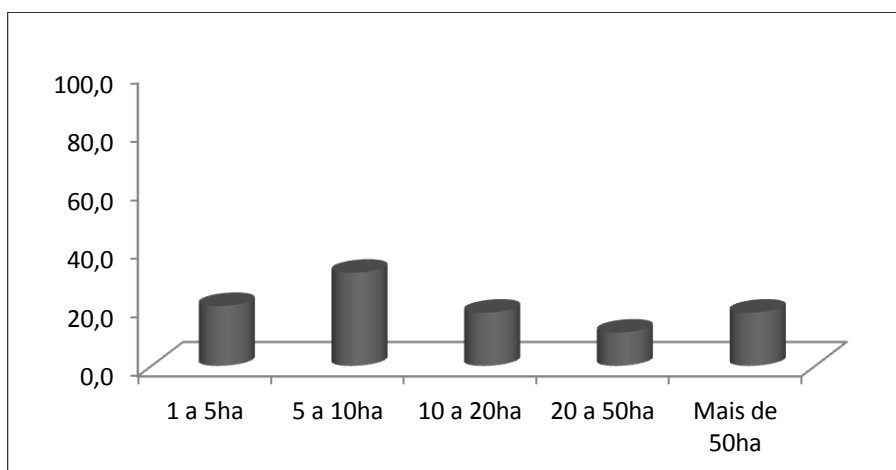


**Gráfico 6 – Participação em entidades representativas**

Fonte: Dados tabulados pela autora com base no questionário aplicado

Em relação ao tamanho da propriedade, verifica-se no Gráfico 7 que cerca de 82% (oitenta e dois por cento) das propriedades possuem até 50ha (cinquenta hectares) e aproximadamente 18% (dezoito por cento) declararam que suas propriedades

ultrapassam os 50ha. No primeiro segmento encontram-se as unidades familiares e no segundo a cafeicultura empresarial da região do Planalto de Conquista.

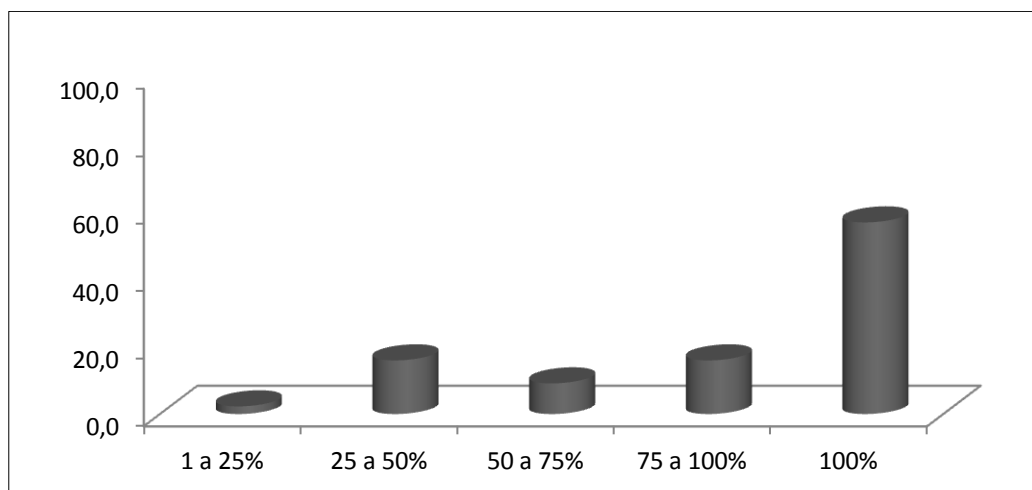


**Gráfico 7 – Tamanho das propriedades**

Fonte: Dados tabulados pela autora com base no questionário aplicado

O Gráfico 8 ilustra a proporção de área cultivada nos estabelecimentos visitados. Percebe-se que os maiores possuem menor área cultivada em termos relativos, enquanto que os empreendimentos familiares tendem a utilizar produtivamente toda a área da qual dispõem.

No entanto, os menores estabelecimentos, em sua maioria, não possuem reserva legal, por isso chegam a cultivar cem por cento da área. Os demais, quanto menor a área cultivada, proporcionalmente maior a área de reserva e maiores possibilidades de existência de áreas não cultivadas.

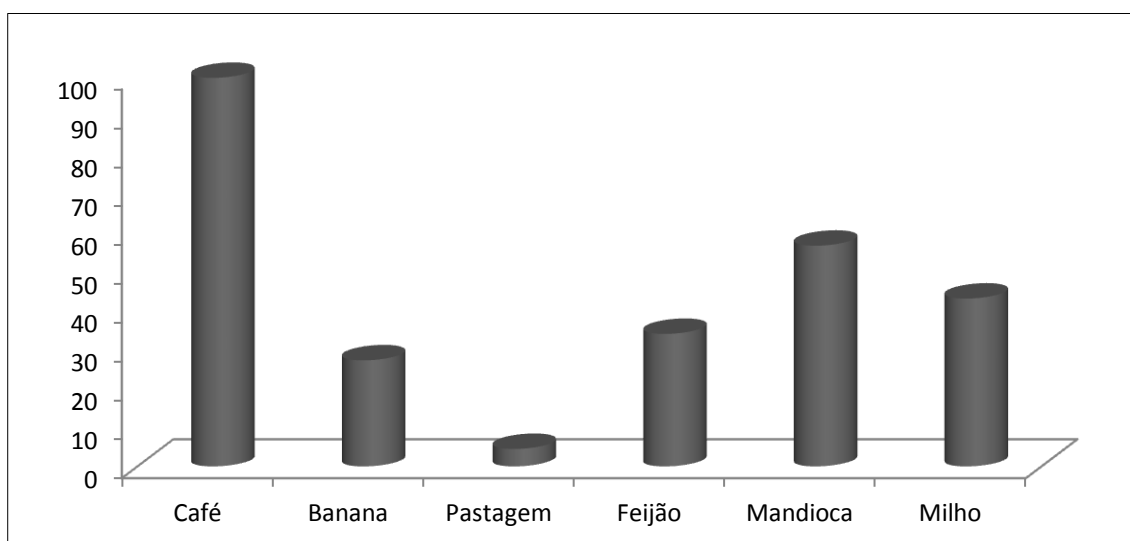


**Gráfico 8 – Área Cultivada**

Fonte: Dados tabulados pela autora com base no questionário aplicado

As principais lavouras cultivadas em consórcio com o café podem ser visualizadas através do Gráfico 9, página seguinte, sendo que estes consórcios são realizados apenas nos estabelecimentos familiares, enquanto que os empresariais cultivam apenas o café e, em alguns casos, o eucalipto e criação de bovinos.

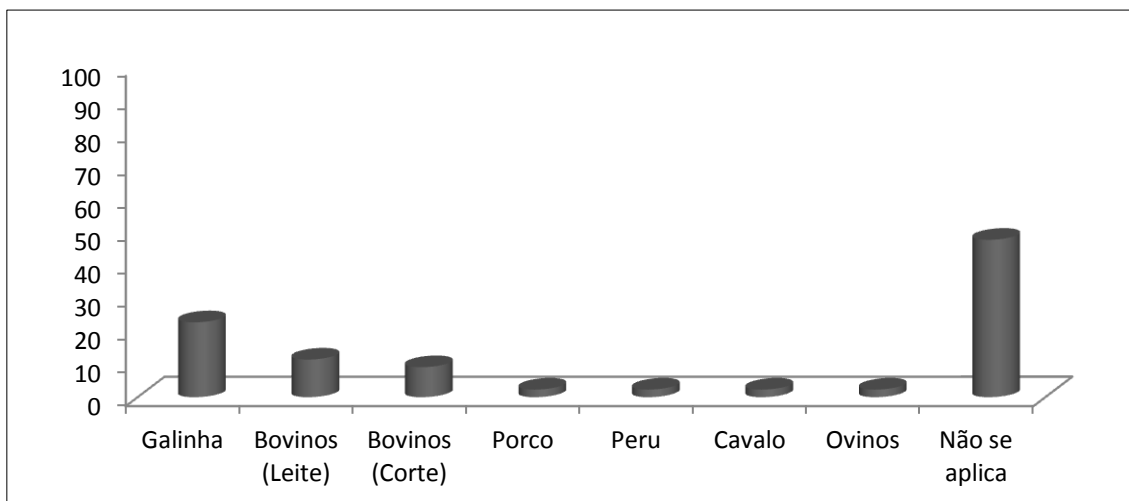
Cerca de 77% (setenta e sete por cento) dos casos cultivam as lavouras em consórcio e 23% (vinte e três por cento) destinam pequenas áreas ao cultivo de pastagens (5%), e mandioca (57%). Em algumas poucas propriedades familiares visitadas encontramos pequenos cultivos de fruteiras diversas, maracujá, hortaliças, pimentão, abóbora, cana, laranja e ervilha, o que demonstra certa diversificação da produção para garantir o autoconsumo e a comercialização de pequenos excedentes de outras culturas, o que auxilia na manutenção da atividade cafeeira.



**Gráfico 9 – Lavouras cultivadas em consórcio com o café e/ou em pequenas áreas da propriedade**

Fonte: Dados tabulados pela autora com base no questionário aplicado

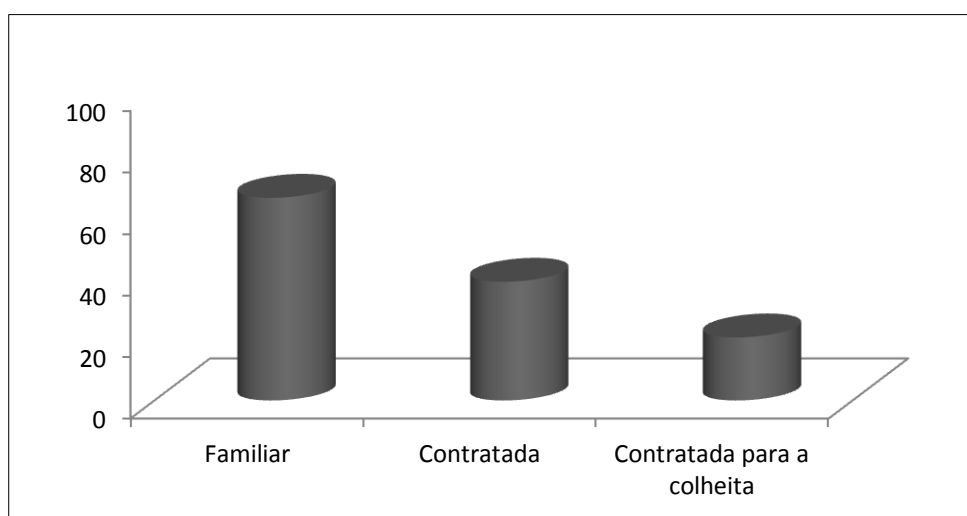
No que se refere às criações existentes nas propriedades visitadas (Gráfico 10), houve predominância destas nas unidades familiares (galinhas, bovinos de leite, porcos, perus, cavalos e ovinos). Nas unidades empresarias predominou o plantel de bovinos de corte e em 48% (quarenta e oito por cento) das propriedades não foi constatado a atividade de criação de animais.



**Gráfico 10 – Criações existentes nas propriedades visitadas**

Fonte: Dados tabulados pela autora com base no questionário aplicado

Observando o Gráfico 11 verifica-se que em 66% (sessenta e seis por cento) dos casos a mão de obra utilizada é familiar e 34% (trinta e quatro por cento) dos entrevistados declararam contratar empregados para a execução das mais diversas atividades. Esses dados demonstram que, além das empresas rurais que contratam toda a mão de obra necessária à condução do negócio, os empreendimentos familiares também lançam mão deste tipo de contratação para suprir a ausência de membros da família que não se identificam com a atividade agrícola e possuem outras ocupações seja no próprio espaço rural ou fora dele.



**Gráfico 11 – Mão de obra utilizada**

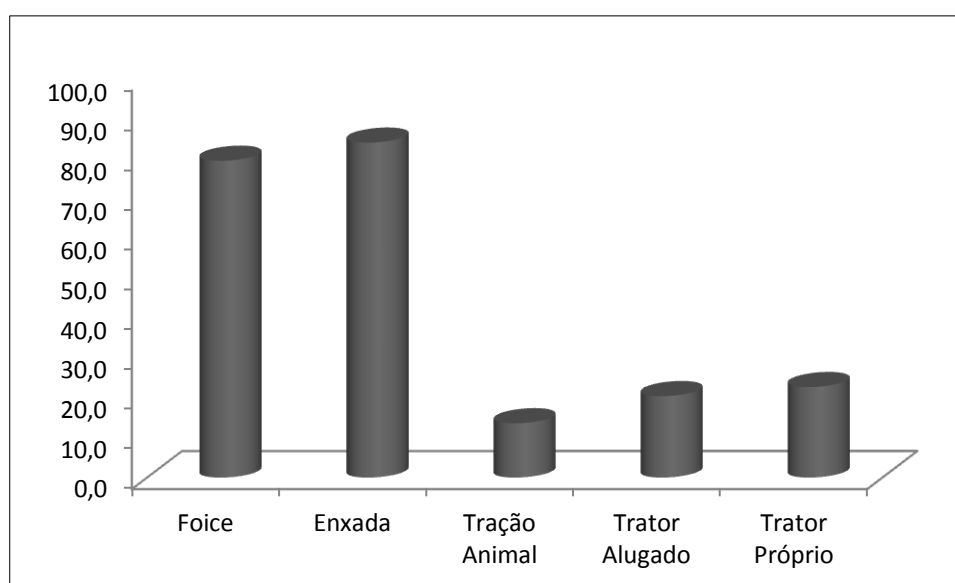
Fonte: Dados tabulados pela autora com base no questionário aplicado

No caso da colheita, aproximadamente 20% (vinte por cento) dos entrevistados declararam contratar mão de obra para este fim. Quando esta etapa do processo

produtivo não é totalmente realizada pelos membros das famílias ou em regime de mutirões entre vizinhos, alguns dos chefes contratam pessoas que são alocadas especificamente para esta atividade. Grande parte dos gerentes e proprietários também relatou a contratação de mão de obra para esta finalidade, visto que ainda não mecanizaram todo o processo produtivo, e, em sua totalidade, afirmaram que pretendem mecanizar toda a área da lavoura em que for possível operar com colheitadeiras mecânicas, com vistas à redução do custo com mão de obra.

A variedade cultivada em 93% (noventa e três por cento) das propriedades é a Catuaí, sendo que 14% dos entrevistados informaram que também cultivam as variedades Mundo Novo e Acauã.

Quando questionados sobre as técnicas de preparo do solo, conforme ilustrado no Gráfico 12, a maior parte dos entrevistados declarou utilizar práticas manuais de cultivo, mas foi possível observar o uso de trator alugado e também de trator próprio no segmento familiar. Entre os produtores empresariais, a grande maioria utiliza trator próprio e alguns declararam contratar mão de obra eventual para algumas operações manuais. No que se refere à análise do solo, 66% (sessenta e seis por cento) afirmaram realizar o procedimento periodicamente, ou seja, pelo menos uma vez por ano, enquanto que 34% (trinta e quatro por cento) informaram que não fazem tais análises. A este respeito perguntamos aos que informaram não realizar a análise de solo se já o fizeram alguma vez e apenas 29% (vinte e nove por cento) disseram que sim.



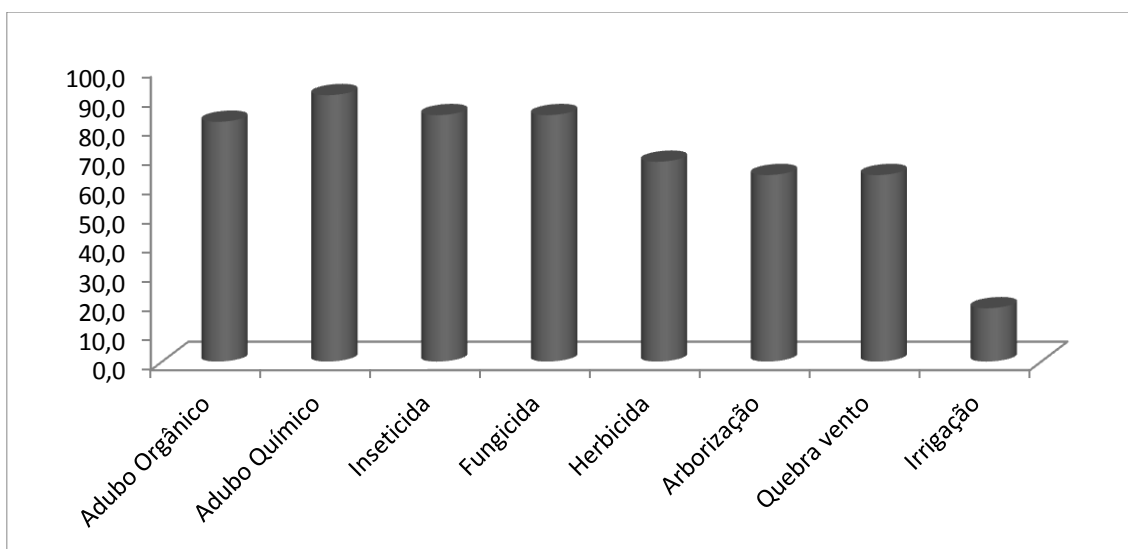
**Gráfico 12 – Formas de preparação do solo para o plantio**

Fonte: Dados tabulados pela autora com base no questionário aplicado

A respeito da implantação e renovação da lavoura do café, aproximadamente 89% (oitenta e nove por cento) dos informantes declararam que as mudas foram adquiridas de viveiro registrado, enquanto 9% (nove por cento) utilizaram mudas do próprio plantio e 2% (dois por cento) adquiriu as mesmas no plantio de vizinhos.

Quanto às práticas de conservação do solo realizadas pelos produtores, observou-se que 82% (oitenta e dois por cento) utilizam cobertura vegetal e cobertura morta e apenas 39% (trinta e nove por cento) fizeram o plantio em curva de nível. Cerca de 7% (sete por cento) dos informantes declarou não realizar nenhuma prática de conservação do solo.

Quanto a outras práticas de conservação e manejo do solo, conforme Gráfico 13, abaixo, verificou-se que cerca de 82% (oitenta e dois por cento) dos entrevistados declararam que fazem uso de adubo orgânico, basicamente o esterco e palha do café. O esterco utilizado, em sua maioria, é comprado enquanto que apenas 18% (dezoito por cento) dos produtores conseguem produzi-lo dentro da propriedade.



**Gráfico 13 – Outras práticas de conservação e manejo do solo**

Fonte: Dados tabulados pela autora com base no questionário aplicado

Os dados demonstraram que a grande maioria dos produtores, seja no segmento familiar ou empresarial, utilizam adubos químicos, sendo que a maior parte faz uso de inseticidas (84%) e fungicidas (84%) e, uma menor parcela, de herbicidas (68%). Quando analisam-se os dados ao acesso à assistência técnica, logo abaixo, evidencia-se uma realidade bastante interessante.

Quanto à assistência técnica, 61% (sessenta e um por cento) dos entrevistados afirmaram ter acesso à mesma enquanto 39% (trinta e nove por cento) declararam não dispor do serviço. Dentre os que possuíam assistência técnica, 71% (setenta e um por cento) pagam pelo serviço e apenas 29% (vinte e nove por cento) dispõem de extensão rural pública. Muitos dos que declararam ter acesso à assistência técnica privada identificaram os vendedores de insumos como o técnico que os orientava.

Portanto, apesar de o segmento familiar ter apresentado acesso significativo à assistência técnica, boa parte ainda adota as indicações informadas pelo vendedor de insumos, sendo que estas não são devidamente embasadas na análise de solo. Em outros casos, os produtores informaram que conseguem orientação com os resultados de tais análises, o que pode ser atestado pelo número significativo de produtores familiares que declarou realizar este procedimento, conforme já relatado anteriormente. Tal orientação é fornecida tanto pelos técnicos vinculados a programas públicos de extensão rural e até mesmo quanto pelos vendedores de insumos. Todos os informantes do segmento empresarial declarou utilizar insumos químicos com orientação técnica particular realizada sempre com base na análise de solo.

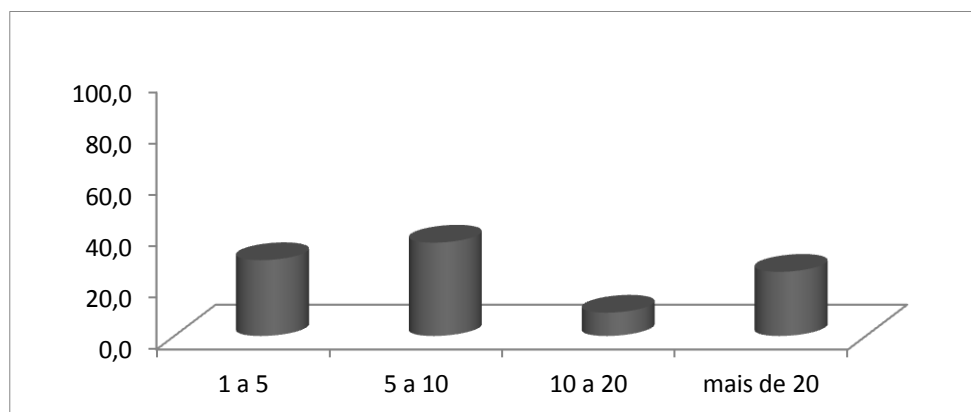
Ainda de acordo com o Gráfico 13, os 64% (sessenta e quatro por cento) que declararam utilizar arborização e quebra vento informaram que são árvores nativas mantidas ao redor do cafezal e plantas de bananeira consorciadas com o café, respectivamente, e, portanto não houve uma implantação efetiva de sistemas arborizados para a finalidade à qual se destinam. No caso dos empreendimentos empresariais a não utilização de sistemas arborizados foi justificado pelo uso ou intenção de implantação da colheita mecanizada. Quanto à irrigação, esta é utilizada apenas pelos produtores empresariais.

A respeito do registro de informações por talhão de monitoramento de pragas e uso de pesticidas, fertilizantes, água de irrigação e demais informações em cadernos de campo apenas 16% (dezesesseis por cento) declararam a realização deste procedimento e 84% (oitenta e quatro por cento) não o fazem.

A colheita realizada por 96% (noventa e seis por cento) dos produtores de café do Planalto de Conquista alcançados por esta pesquisa é seletiva, sendo que 2% (dois por cento) fazem a derriça e outros 2% (dois por cento) utilizam colheitadeiras mecânicas.

Através do Gráfico 14 pode-se verificar a quantidade de funcionários que os produtores contratam em média para a colheita do café. Destaca-se que a cafeicultura

familiar contrata entre uma e dez pessoas enquanto que a empresarial chega a contratar mais de vinte funcionários, chegando a cento e cinquenta em alguns casos, para a realização desta etapa do processo produtivo.



**Gráfico 14 – Quantidade de funcionários contratados para a colheita do café**

Fonte: Dados tabulados pela autora com base no questionário aplicado

Quanto ao registro trabalhista dos funcionários contratados, apenas 14% (quatorze por cento) dos entrevistados o fazem e 27% (vinte e sete por cento) afirmaram não realiza-lo. Outros 59% (cinquenta e nove por cento) justificaram que empregam mão de obra familiar em todos os processos e recebem ajuda ou até contratam esporadicamente poucas pessoas da região num curto período de tempo. Alguns produtores empresariais afirmaram que o registro não ocorre em casos em que os funcionários se negam à sua efetivação.

O processamento pós-colheita é realizado pela via seca<sup>1</sup> em 45% (quarenta e cinco por cento) dos casos, enquanto que 55% (cinquenta e cinco por cento) dos produtores fazem o processamento pela via úmida<sup>2</sup>.

---

1 O processamento do café pela via seca envolve, simplesmente a secagem, separadamente, dos grãos de café segundo seu tipo (cerejas e boias). São essenciais cuidados quanto às condições ecológicas (umidade e temperatura) e climáticas (chuva e umidade do ar) da área de produção. O rigoroso cuidado no momento da colheita seletiva e preparo dos cafés colhidos é indicado para evitar fermentações indesejáveis, que ocorrem na mucilagem açucarada dos frutos. Sendo assim, a secagem deve ser iniciada assim que o café for retirado do lavador. Ressalta-se que o preparo “por via seca” não dispensa, o uso de água no processo, pois é indicado usar o lavador/separador, seguindo-se a secagem, o armazenamento e o beneficiamento. (SILVA, et. al, 2011)

2 Independente das condições ecológicas e climáticas da área de produção, o processamento pela via úmida resulta na preparação dos cafés despulpados, retirando-se a casca e a mucilagem, fontes de fermentação e que atrasam a secagem. Esse processo utiliza bastante água, sendo os frutos separados no lavador/separador e, posteriormente separados no cilindro separador de verdes. Assim; diferentemente do processo pela via seca, com a secagem sendo realizada com os frutos inteiros; depois de separados no lavador, no processamento por via úmida, a secagem apenas será realizada depois de as cerejas maduras terem sido descascadas. Por fim, o café despulpado é degomado para a retirada da mucilagem, seguindo-se a secagem, o armazenamento e o beneficiamento.

Este dado indica que parte significativa da produção familiar produz café despulpado, com melhor qualidade. No caso do processamento pela via seca 86% (oitenta e seis por cento) dos produtores realizam a secagem do café na propriedade e 14% (quatorze por cento) transportam o produto para ser secado em terreiros na “região da caatinga”. Dentre os que realizam o processamento pela via úmida 71% (setenta e um por cento) realizam a secagem na propriedade e 29% (vinte e nove por cento) na “região da caatinga”.

Após a secagem, 79% (setenta e nove por cento) dos informantes declararam descascar o café antes da armazenagem e venda. A grande maioria dos produtores familiares informou que realizam este procedimento em máquinas das associações de produtores (mais comum no município de Planalto) e alugadas, na maior parte das vezes, dos próprios atravessadores que compram as sacas de café ou recebem o aluguel em produto.

Quanto à separação do café por tamanho, densidade e cor, 7% (sete por cento) dos entrevistados declararam conhecer o primeiro tipo de processamento (classificação por peneira) e a grande maioria dos informantes desconhecem os demais processos.

Apenas 14% (quatorze por cento) dos entrevistados realizavam a classificação do café quanto ao tipo e, conseqüentemente, 86% (oitenta e seis por cento) não conheciam a classificação quanto a impurezas e defeitos do café que produzem e comercializam. No caso da classificação quanto à bebida 95% (noventa e cinco por cento) dos informantes declararam que esta é realizada pela empresa compradora e/ou intermediário comprador, sendo que 5% (cinco por cento) desconhecem a referida classificação referente ao seu produto.

O conhecimento dos produtores quanto à classificação do café por tamanho, densidade e cor e, principalmente, quanto à bebida, é determinante para bons resultados em termos de agregação de valor visto que é nesta etapa do processamento em que o preço pago ao produtor é determinado. Portanto a falta de conhecimento de grande parte dos produtores quanto aos processos citados pode estar afetando os rendimentos com a cultura, transferindo esses ganhos para os agentes de comercialização, considerando que boa parte dos produtores declarou que consegue produzir café despulpado, conforme relatado anteriormente.

A respeito do registro de informações por talhão sobre as etapas transcorridas no processamento de colheita e pós-colheita 95% (noventa e cinco por cento) dos informantes não realizam este tipo de registro, sendo que 5% (cinco por cento) o fazem

com a intenção de futuramente adquirirem certificação. Esta é uma informação que demonstra uma grande falha na gestão no negócio, pois, tais registros poderiam ampliar os rendimentos via redução dos custos de produção.

Quando questionados se encontram dificuldades na produção, 82% (oitenta e dois por cento) disseram que sim e 18% (dezoito por cento) relataram que não. Dentre os problemas apontados destacam-se o clima para secagem do café, pois alguns ainda realizam este procedimento em terreiro aberto; a falta de mão de obra para colheita; dificuldades no acesso a crédito e falta de assistência técnica pública e de qualidade.

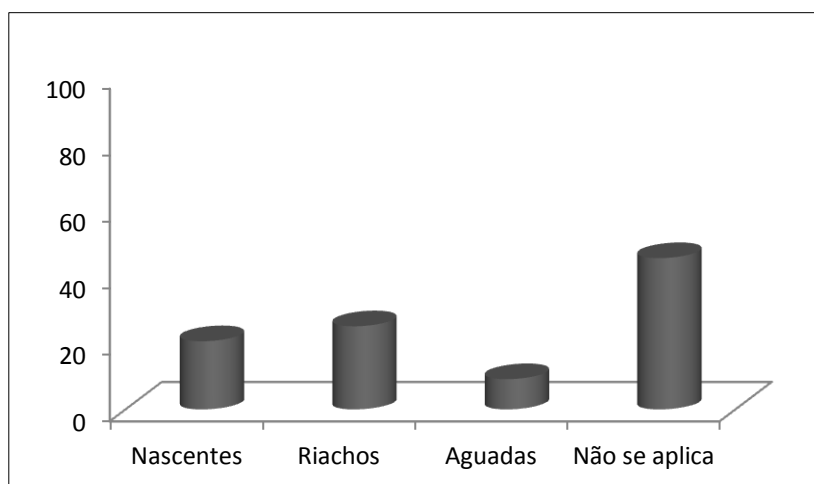
Nesse sentido, ações voltadas para a capacitação desses produtores acompanhada de um planejamento adequado viabilizando o acesso a crédito para implantação de uma infraestrutura mínima de processamento adaptada para a cafeicultura familiar, compatíveis com projetos específicos para cada região, torna-se estritamente necessário aos pequenos empreendimentos para que possam ampliar seus rendimentos através da melhoria da qualidade e, conseqüente, agregação de valor ao produto comercializado.

No que diz respeito à comercialização do café, os produtores entrevistados informaram que esta é realizada, em 41% (quarenta e um por cento) dos casos, diretamente a donos de estabelecimentos que classificam e exportam o produto, 11% (onze por cento) comercializam o café de melhor qualidade com os donos de estabelecimentos e o de pior qualidade com os atravessadores e, 5% (cinco por cento) vendem através dos corretores e cerca de 43% (quarenta e três por cento) vendem ao atravessador que, normalmente, se deslocam até as propriedades ou locais de secagem do café.

Neste aspecto, chamamos a atenção novamente para a falta de conhecimento dos produtores, especialmente dos que ficam a mercê de atravessadores, sobre a real qualidade do café produzido (quanto à classificação por tipo e bebida), pois muitos agentes de comercialização aproveitam-se deste desconhecimento para comprar cafés de qualidade superior por preços inferiores, trazendo grandes prejuízos ao setor produtivo.

Ao serem questionados se esse tipo de comercialização prejudica a propriedade 70% (setenta por cento) disseram que sim, 7% (sete por cento) declararam que não e 22% (vinte e dois por cento) se isentaram em responder por não comercializarem através dos atravessadores. Dentre estes, 61% (sessenta e um por cento) afirmaram que encontram dificuldades na comercialização, pois, se dispusessem de estrutura para

transporte da produção poderiam optar por não vender aos intermediários ressaltando que o fazem apenas por não encontrarem alternativa.



**Gráfico 15 – Fontes de água no entorno das propriedades**

Fonte: Dados tabulados pela autora com base no questionário aplicado

Acerca da existência de fontes de água nas propriedades, 45% (quarenta e cinco por cento) destas não possui tal recurso (categoria denominada de não se aplica), conforme se observa no Gráfico 15. Dentre os que possuem, 53% (cinquenta e três por cento) disseram que as fontes estão protegidas e 2% informaram que não.

Por fim, em relação a algumas práticas ambientalmente corretas 98% (noventa e oito por cento) dos entrevistados informaram que não fazem derrubada de mata nativa, 95% (noventa e cinco por cento) não utilizam queimadas e apenas 57% (cinquenta e sete por cento) possuem reserva legal.

As informações apresentadas neste item nos levam a caracterizar um sistema de produção de base familiar, com baixo nível de capitalização, porém com considerável nível tecnológico e ampla diversificação, que contribui para a manutenção do autoconsumo e, na maioria das vezes, para a subsistência nos períodos de menores rendimentos com relação à cultura principal (café). Já os sistemas de produção de base empresarial são completamente especializados na cultura principal com alto nível de capitalização e também tecnológico, realizando nas propriedades todo o beneficiamento necessário à comercialização do café e com equipamentos próprios.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No que se refere à condição socioeconômica dos produtores foram identificadas duas principais categorias, quais sejam, a dos produtores familiares e dos empresariais, considerando que se percebeu um “padrão” de atuação muito comum entre as unidades familiares e, da mesma maneira, nos estabelecimentos empresariais, o que prescindiu da necessidade em estabelecer grupos distintos entre essas duas categorias definidas. Esse “padrão” de atuação observado foi caracterizado, em grande parte, por produtores familiares descapitalizados e produtores empresariais com alto nível tecnológico.

Quanto aos sistemas de produção foram identificados o de base familiar, com baixo nível de capitalização, porém com considerável nível tecnológico, em muitos casos, e ampla diversificação, que contribui para a manutenção do autoconsumo e, na maioria das vezes, para a subsistência nos períodos de menores rendimentos com relação à cultura principal (café). Essa tendência à diversificação é uma das principais características que elevam o nível de consciência ambiental do produtor rural o que foi visivelmente observado nas entrevistas com pequenos produtores que tinham esse perfil.

Os sistemas de produção de base empresarial, por sua vez, apresentaram-se completamente especializados na cultura principal com alto nível de capitalização e também tecnológico, realizando todo o beneficiamento necessário à comercialização do café nas propriedades e com equipamentos próprios.

A partir dos resultados encontrados, ficou evidente que o sistema de produção empresarial tem maior capacidade de agregar valor ao café nas etapas de pós-colheita e comercialização, porém, pelo alto nível de especialização (ou simplificação do ponto de vista da biodiversidade) e pela grande tendência à mecanização de todas as etapas do processo produtivo, conforme observou-se na análise, uma gestão comprometida com a ampliação do estoque ecológico anteriormente degradado e redução das desigualdades sociais no âmbito da produção cafeeira, para este segmento, fica seriamente comprometida.

No caso dos sistemas de produção familiares, apesar de terem sido observados sistemas muito ineficientes em termos de produção de cafés de alta qualidade, foram observados sistemas promissores com grande nível de consciência ecológica e uma educação informal (familiar) com grande potencial para reter mão de obra qualificada no campo (filhos e netos como maior nível de escolarização), capaz de contribuir para a melhoria dos processos de pós-colheita e comercialização, e, conseqüentemente,

ampliarem sua capacidade de agregar valor ao produto. Além da consciência ecológica, por empregarem toda a mão de obra familiar disponível, contribuem para processos de melhoria da qualidade de vida e equidade social, bem como de manutenção do tecido social nas comunidades rurais nas quais se inserem.

## 6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFONSO, Cíntia Maria. **Sustentabilidade: caminho ou utopia?** São Paulo: Annablume, 2006.

BACHA, Carlos José Caetano. **Economia e política agrícola no Brasil.** São Paulo: Atlas, 2004.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB). **Indicadores da Agropecuária** Brasília: CONAB, ano XXII, n. 5, maio de 2013.

FAGUNDES, Marcus Vinicius Carvalho. **A CONTRIBUIÇÃO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA (UESB) PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL.** Dissertação de Mestrado. Mestrado Profissional em Administração. Faculdades Pedro Leopoldo, 2011.

FERNANDES, Renato Hortélio. **Diagnóstico e propostas para a cadeia produtiva do café da Bahia.** Bahia. Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária. Salvador: SEAGRI, 2011

FERREIRA, Brancolina; SILVEIRA, Fenando Gaiger; GARCIA, Ronaldo Coutinho. A agricultura Familiar e o PRONAF: Contexto e Perspectivas. In: GASQUES, José Garcia e CONCEIÇÃO, Júnia Cristina P.R. da (Orgs). **Transformações da Agricultura e Políticas Públicas.** Brasília: IPEA, 2001. 539 p.

GARCIA FILHO, Danilo Prado. **“Análise Diagnóstico de Sistemas Agrários”. Guia Metodológico.** Projeto de Cooperação Técnica firmado entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação – PCT INCRA/FAO (UTF/BRA/051/BRA), 1995.

GUANZIROLI, Carlos Enrique. **Agronegócio no Brasil: perspectivas e limitações.** Universidade Federal Fluminense. Economia – Texto para Discussão – 186. Abril de 2006.

GUILHOTO, Joaquim J.M.; ASSUMPÇÃO, Marina; MÓDOLO, Débora Bellucci; IMORI, Denise. **O PIB DO AGRONEGÓCIO NO BRASIL E NO ESTADO DA BAHIA.** XLV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, administração e Sociologia Rural - SOBER: "Conhecimentos para Agricultura do Futuro". 22 a 25 de julho de 2007, UEL, Londrina - Paraná.

GONÇALVES, Jose Sidnei e SOUZA, Sueli Alves Moreira. Heterogeneidade e Competitividade: o significado dos conceitos frente ao mosaico de disparidades da

agricultura brasileira. In: **Informações Econômicas** - Instituto de Economia Agrícola, Brasil, 2000 V30 N11 nov P34-50. Disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br/out/LerTexto.php?codTexto=246>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 2006**. Brasília: IBGE. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 16 de jun. 2013

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo 2010**. Brasília: IBGE. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 16 de jun. 2013

OLIVEIRA, Edvaldo. **PLANALTO DA CONQUISTA: IMPLICAÇÕES DA AUSÊNCIA DO ZONEAMENTO AGRÍCOLA - ESTUDOS PRELIMINARES**. I Simpósio Regional de Desenvolvimento Rural: desafios dos territórios da cidadania e da pluriatividade, 23, 24 e 25 de agosto de 2010. GEPRU. NPGeo. Universidade Federal de Sergipe.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO. Cidade. **Geografia**. s.d. Disponível em: <http://planalto.ba.gov.br/planalto/geografia>. Acesso em 10.06.13

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. **Meio Ambiente e dinâmica de inovações na agricultura**. 1. ed. São Paulo, SP: Annablume: FAPESP, 1998. p: 43 à 122

SAES, M. S. M.; NAKAZONE, D. **Estudo da competitividade de cadeias integradas no Brasil: impactos das zonas de livre comércio**. Cadeia: Café. Campinas: UNICAMP-IE-NEIT/MDIC, 2002. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br/cadeiasprodutivas>>. Acesso em: 15 jul. 2010

SILVA, José Graziano da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2. ed. Campinas, SP: Unicamp. Instituto de Economia, 1998.

SILVA, Juarez de Sousa et. al. **Infraestrutura Mínima para Produção de Café com Qualidade: a opção para a cafeicultura familiar**. Universidade Federal de Viçosa, Departamento de Engenharia Agrícola. Viçosa-MG, março de 2011.

SOUZA, Éder Júnior Cruz de. **POLÍTICAS TERRITORIAIS DO ESTADO DA BAHIA: regionalização e planejamento**. Dissertação de Mestrado, dezembro de 2008. Curso De Pós-Graduação em Geografia. Instituto de Geociências. Universidade Federal da Bahia.

STEDILE, João Pedro. **A Origem do latifúndio no Brasil**. Revista PUC Viva, 08, Os 500 Anos e Outra Perspectiva, mar. de 2000. Disponível em: <http://www.apropucsp.org.br/apropuc/index.php/revista-puc-viva/49-08-outros-500/1882-a-origem-do-latifundio-no-brasil>. Acesso em: 18.03.2012

WANDERLEY, M. de N. B. **O camponês: um trabalhador para o capital**. Cadernos de Difusão de Tecnologia, Brasília: Embrapa, v.2, n.1. p.13 -78, jan./abr.1985. Acesso em: 13.05.2012

## APÊNDICE A – IMAGENS DA PESQUISA DE CAMPO REALIZADA

### Estrutura de beneficiamento da cafeicultura familiar, Planalto da Conquista



Fonte: Imagens realizadas durante a pesquisa de campo, março, abril e maio de 2013

(A) Cisterna para captação de água (Inhobim – Vitória da Conquista-BA)

(B) Estufa e terreiro de secagem (Inhobim – Vitória da Conquista-BA)

(C) Galpão para despolpa e armazenamento do café (Inhobim – Vitória da Conquista-BA)

(D) Espaço onde é descascado o café, associação do pequenos produtores de Parafuso (Planalto-BA)

### Estrutura de beneficiamento da cafeicultura empresarial\*, Planalto da Conquista



Fonte: Imagens realizadas durante a pesquisa de campo, março, abril e maio de 2013

\* Propriedade Empresarial 1, no município de Encruzilhada-BA

### **Estrutura de beneficiamento da cafeicultura empresarial do Planalto da Conquista**



Fonte: Imagens realizadas durante a pesquisa de campo, março, abril e maio de 2013  
\* Propriedade Empresarial 2, no município de Encruzilhada-BA

### **Estrutura de fertirrigação da cafeicultura empresarial do Planalto da Conquista**



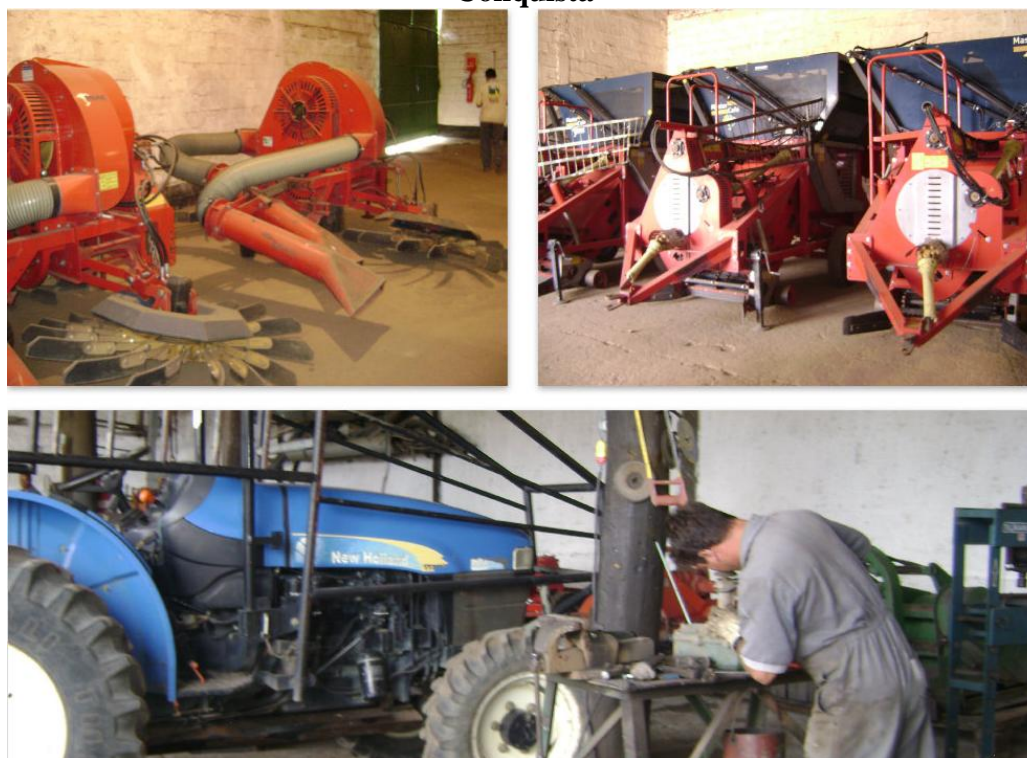
Fonte: Imagens realizadas durante a pesquisa de campo, março, abril e maio de 2013  
\* Propriedade Empresarial 2, no município de Encruzilhada-BA

## Estrutura de rebeneficiamento da cafeicultura empresarial do Planalto da Conquista



Fonte: Imagens realizadas durante a pesquisa de campo, março, abril e maio de 2013  
\* Propriedade Empresarial 2, no município de Encruzilhada-BA

## Maquinário e implementos utilizados pela cafeicultura empresarial do Planalto da Conquista



Fonte: Imagens realizadas durante a pesquisa de campo, março, abril e maio de 2013  
\* Propriedade Empresarial 2, no município de Encruzilhada-BA

### Escola para filhos de funcionários (fixos e temporários) mantida por propriedade empresarial do Planalto da Conquista



Fonte: Imagens realizadas durante a pesquisa de campo, março, abril e maio de 2013  
\* Propriedade Empresarial 2, no município de Encruzilhada-BA

### Escola para filhos de funcionários (fixos e temporários) mantida por propriedade empresarial do Planalto da Conquista



Fonte: Imagens realizadas durante a pesquisa de campo, março, abril e maio de 2013  
\* Propriedade Empresarial 2, no município de Encruzilhada-BA